

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL METALÚRGICA DE VOLTA REDONDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA AMBIENTAL

FRANCISCO TAVARES FILHO

PERCEPÇÃO DE UM GRUPO DE PESCADORES SOBRE OS EFEITOS
SOCIOAMBIENTAIS DO AVANÇO URBANO-INDUSTRIAL NA COMUNIDADE
PESQUEIRA DA ILHA DE ITAOCA, EM SÃO GONÇALO, RJ.

VOLTA REDONDA
2017

FRANCISCO TAVARES FILHO

**PERCEPÇÃO DE UM GRUPO DE PESCADORES SOBRE OS EFEITOS
SOCIOAMBIENTAIS DO AVANÇO URBANO-INDUSTRIAL NA COMUNIDADE
PESQUEIRA DA ILHA DE ITAOCA, EM SÃO GONÇALO, RJ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roberta Fernanda da Paz de Souza Paiva
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Poll

Volta Redonda, RJ
2017

T231 Tavares Filho, Francisco.

Percepção de um grupo de pescadores sobre os efeitos socioambientais do avanço urbano-industrial na comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca, em São Gonçalo, RJ / Francisco Tavares Filho – Volta Redonda, 2017.

107 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental)
– Universidade Federal Fluminense, 2017.

Orientadora: Roberta Fernanda da Paz de Souza Paiva.
Coorientadora: Ana Paula Poll.

1. Pesca artesanal. 2. Petróleo. 3. Baía de Guanabara.
4. Ilha de Itaoca. I. Paiva, Roberta Fernanda da Paz de Souza.
II. Poll, Ana Paula. III. Título.

CDD 639.20981

FRANCISCO TAVARES FILHO

PERCEPÇÃO DE UM GRUPO DE PESCADORES SOBRE OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DO AVANÇO URBANO-INDUSTRIAL NA COMUNIDADE PESQUEIRA DA ILHA DE ITAOCA, EM SÃO GONÇALO, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia Ambiental.

Aprovada em 20 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA



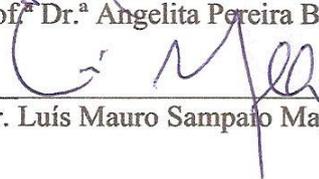
Prof.^a Dr.^a Roberta Fernanda da Paz de Souza Paiva – UFF
Orientadora



Prof. Dr. Wellington Kiffer de Freitas - UFF



Prof.^a Dr.^a Angelita Pereira Batista - UFF



Prof. Dr. Luis Mauro Sampaio Magalhães - UFRRJ

Volta Redonda
2017

*Dedico a Deus, a minha família
e aos colaboradores ao longo do trajeto.*

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo à minha família e de modo especial à Ângela, minha esposa, que abnegadamente abriu mão de nosso tempo comum para que eu mantivesse o foco nesse trabalho.

Aos meus filhos pelas solitudes de sempre, contribuindo com ideias, sugestões, críticas no desenvolvimento dos temas desse trabalho.

Ao meu amigo Luís Carlos Valadares, um gonçalense convicto e grande conhecedor de estórias e história de São Gonçalo. Foi grande companheiro de viagem nessa pesquisa.

Ao PGTA, agradeço a oportunidade da descoberta de Novos Mundos do Conhecimento que certamente me transformaram e me deixaram mais humano.

Às incansáveis Professoras Roberta Fernanda da Paz de Souza Paiva e Ana Paula Poll que pacientemente me conduziram durante todo o percurso dessa jornada.

Ao meu irmão Paulo por me apresentar aos seus amigos pescadores da Ilha de Itaoca e ao Carlinhos que me acolheu em seu mundo familiar e profissional. Meus sinceros agradecimentos.

Ao Sr. Juan, Presidente da COPALISG, que durante todo o tempo da pesquisa de campo disponibilizou o seu espaço junto a Comunidade Pesqueira de Itaoca, facilitando o contato com os membros dessa comunidade, essencial no êxito da obtenção das informações necessárias a essa pesquisa.

Agradeço à Émele que sempre de maneira generosa e prestativa contribuiu, com suas sugestões e ideias, para a organização editorial desse trabalho.

Finalmente, agradeço a Meu Deus pela graça de viver e pela oportunidade de ainda poder contribuir para tornar o mundo melhor.

Obrigado a todos.

"Na terra há o suficiente para satisfazer as necessidades de todos, mas não para satisfazer a ganância de alguns..."

Mahatma Gandhi

RESUMO

Cercada durante muitos anos por comunidades caiçaras, a Baía de Guanabara tem sido o local para a prática de uma das mais antigas atividades humanas, a pesca artesanal. Entretanto, tal atividade, vem perdendo sua dinâmica de sustentabilidade, devido à ocupação de seus espaços tradicionais pela expansão da atividade industrial ligada ao petróleo que vem ocorrendo na região da Guanabara, e à poluição de seus ecossistemas, resultado da expansão urbana promovida por esse ciclo industrial. A Ilha de Itaoca é um desses espaços tradicionais que vêm sendo impactado negativamente pelo avanço da ocupação urbano/industrial gerado pelo novo ciclo regional de desenvolvimento industrial. Localizada na margem Leste da Baía de Guanabara, no município de São Gonçalo, possui uma população de aproximadamente 4000 habitantes, que se ocupa principalmente de atividades ligadas à pesca artesanal. O presente estudo visou conhecer os efeitos causados pelo avanço urbano/industrial sobre a comunidade de pescadores da Ilha de Itaoca, a partir da percepção que os membros dessa comunidade fazem, das externalidades negativas provocadas pela ocupação industrial de seus espaços de pesca e moradia e pela poluição de seus ecossistemas. A pesquisa foi realizada a partir de um grupo de pescadores da comunidade de Itaoca, buscando-se, com o emprego do método de pesquisa qualitativa, analisar a realidade de suas interações com o espaço em que estão inseridos e, a partir daí, entender a percepção que fazem sobre os problemas que afetam a sua comunidade, considerando os aspectos subjetivos contidos na construção dos significados simbólicos dos territórios que vivem e atuam. A partir dos resultados da pesquisa, foi possível concluir que o avanço urbano/industrial, se constitui numa séria ameaça à sobrevivência da comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca, tanto pelos impactos ambientais que prejudicam de forma significativa a sua principal atividade econômica, como pela pressão exercida sobre seus espaços de moradia e de pesca pela expansão territorial que a atividade industrial vem exercendo. A falta de articulação dos membros dessa comunidade pesqueira, com suas associações de representação, reduz o poder de se fazerem representar perante o poder público nas decisões que afetam suas vidas, gerando clima de incerteza que hoje favorece a extinção dessa comunidade na Ilha de Itaoca.

Palavras-chave: Baía de Guanabara, Pesca Artesanal, Petróleo, Urbano/industrial.

ABSTRACT

Surrounded by fishing communities for many years, the Guanabara Bay has been a site for one of the oldest human activities: artisanal fishing. However, such activity has been losing its sustainability dynamics due to the occupation of its traditional spaces by the expansion of oil-related industrial activity taking place in the Guanabara region, and to the pollution of ecosystems resulting from the urban expansion fostered by the industrial cycle. The Island of Itaoca is one of those traditional spaces that have been negatively impacted by the advance of the urban/industrial occupation generated by the new regional cycle of industrial development. Located at the eastern margin of the Guanabara Bay, in the São Gonçalo county, the Island has around 4,000 inhabitants, who occupy themselves mainly with activities related to artisanal fishing. The present study sought to assess the effects caused by the urban/industrial encroachment of the Island of Itaoca fishing community, based on the community members' perception of the negative externalities caused by the industrial occupation of their fishing and living spaces and by the pollution of their ecosystem. The research was undertaken based on a group of artisanal fishers of the Itaoca Community. Using the qualitative research method, the research sought to analyze the reality of their interactions with the spaces they inhabit, and based on that, to understand how they perceive the problems affecting their community, considering subjective aspects in the construction of the symbolic meanings of the territories where they live and work. Based on the research results, it was possible to conclude that the urban/industrial encroachment represents a serious threat to the survival of the Island of Itaoca's artisanal fishing community, both because of the environmental impacts that significantly harm their main economic activity, and because of the pressure on their living and fishing spaces due to the territorial expansion of the industrial activity. The lack of articulation between the fishing communities and their representative associations reduces their power to be represented before the government in decisions that affect their lives, creating an atmosphere of uncertainty that currently favors the extinction of those communities in the Island of Itaoca.

Keywords: Artisanal fishing, Guanabara Bay, Petroleum, Urban/industrial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1. Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. f. 27.
- Figura 2. Território das comunidades caiçaras na faixa litorâneo dos Estados do Rio de Janeiro ao Paraná, Brasil. f. 38.
- Figura 3. Mapa de Sesmarias 1567-1568. f. 40.
- Figura 4. Localização do local de estudo. f. 48.
- Figura 5. Localização da Ilha de Itioca. f. 48.
- Figura 6. Rio Imboaçú. A margem esquerda é a Ilha de Itioca. f. 49.
- Figura 7. Posição das Praias e delimitação territorial da Ilha de Itioca. f. 50.
- Figura 8. Remanescente de fragmento florestal ao fundo na AE. f. 51.
- Figura 9. Representantes de mangue ao longo do Rio Imboaçú. f. 52.
- Figura 10. Vegetação de restinga na área em estudo. f. 53.
- Figura 11. Capela de Nossa Senhora da Luz. f. 54.
- Figura 12. Placa de acesso a Avenida Central sentido Ilha de Itioca. f. 55.
- Figura 13. Ponte sobre o Rio Imboaçú, acesso à Ilha de Itioca. f. 56.
- Figura 14. Infraestrutura dos domicílios da Ilha de Itioca. f. 57.
- Figura 15. Estabelecimentos comerciais na Ilha de Itioca. f. 57.
- Figura 16. Estabelecimentos comerciais na Ilha de Itioca. f. 58.
- Figura 17. Frequência de trabalho dos entrevistados frequentadores da Ilha de Itioca. f. 66.
- Figura 18. Complexo turístico da Praia da Luz. f. 77.
- Figura 19. Sede da Cooperativa de Apicultores de Itioca. f. 79.
- Figura 20. Praia da Beira. f. 80.
- Figura 21. Píer construído na Ilha de Itioca. f. 81.
- Figura 22. Instalações que compõe o COMPERJ. f. 82.
- Figura 23. Áreas restritas à pesca na Baía de Guanabara. f.84.

Figura 24. Praia de São Gabriel. f. 86.

Figura 25. Pescadores construindo currais pesqueiros na Praia de São Gabriel. f. 86.

Figura 26. Currais de peixe na foz do rio Caceribu, na parte marítima da APA de Guapimirim. f. 87.

Figura 27. APA de Guapimirim e unidades de conservação localizadas na sua bacia drenante. f. 88.

Figura 28. Posto Policial da Ilha de Itaoca em 2006, à direita, e em 2016, à esquerda. f. 90.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Faixa etária dos pescadores entrevistados da Ilha de Itaoca. f. 61.

TABELA 2 – Perfil Socioeconômico dos entrevistados frequentadores da Ilha de Itaoca. f. 63.

TABELA 3 – Principais ocupações dos pescadores entrevistados da Ilha de Itaoca. f. 65.

TABELA 4 – Fatores que impactam negativamente na pesca de acordo com as respostas dos entrevistados. f. 75.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMA II – Associação dos moradores e Amigos da Ilha de Itaoca.
- APA Guapimirim – Área de Proteção Ambiental de Guapimirim.
- APELGA – Associação de Pescadores Livres do Gradim e Adjacências.
- APESCA SIRI LUZ – Associação de Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz.
- CENPES – Centro de Pesquisas da Petrobrás.
- CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe.
- CIEP – Centro Integrado de Educação Pública.
- CIGUA- Centro de Informações da Baía de Guanabara
- COMPERJ – Companhia Petroquímica do Estado do Rio de Janeiro.
- COPALISG – Cooperativa de pescadores e Aquicultores Livres de São Gonçalo.
- EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- EOR – Estudos Organizacionais.
- GEO – Gerenciamento Organizacional.
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- IEF – Fundação Instituto Estadual de Florestas.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S. A.
- PIB – Produto Interno Bruto.
- REDUQ – Refinaria Duque de Caxias.
- REJ – Reserva Ecológica de Juatinga.
- SEDRAP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca.
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO. f. 16

2. OBJETIVOS. f. 21

2.1. Geral. f. 21

2.2. Específicos. f. 21

3. REFERENCIAL TEÓRICO. f. 22

3.1. O desenvolvimento econômico como fator de degradação dos espaços ambientais e humanos. f. 22

3.2. A degradação da Baía de Guanabara no contexto da ocupação urbano/industrial em decorrência dos ciclos econômicos regionais. f. 24

3.2.1. Caracterização da Baía de Guanabara. f. 24

3.2.2. A ocupação humana e as consequências socioambientais dos ciclos econômicos regionais do descobrimento até o século XX. f. 28

3.2.3. A influência dos modelos de desenvolvimentos do Pós-Segunda Guerra e os reflexos no processo de ocupação urbano industrial na Baía de Guanabara. f. 33

3.3. A formação das comunidades caiçaras e da pesca artesanal. f. 36

3.4. O significado do espaço territorial na construção da percepção ambiental como fator de entendimento das transformações dos espaços territoriais nas comunidades tradicionais. f. 43

4. MATERIAIS E MÉTODOS. f. 48

4.1. Caracterização da comunidade da Ilha de Itioca. f. 48

4.1.1. Ilha de Itioca: localização e ecossistemas. f. 48

4.1.2. A comunidade de pescadores da Ilha de Itioca. f. 53

4.1.3. Pesca Artesanal. f. 58

4.2. Classificação da Pesquisa. f. 59

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES. f. 61

5.1. Caracterização dos pescadores locais. f. 61

5.2. Identificação da percepção dos pescadores. f. 66

5.2.1. Quanto às externalidades negativas geradas pelo avanço urbano/industrial sobre seus espaços tradicionais de pesca e moradia. f. 66

5.2.2. Quanto à degradação do meio ambiente natural de Itaoca. f. 70

5.3. Interesses, conflitos e problemas vivenciados pelos pescadores da Ilha de Itaoca. f. 76

5.3.1. Comunidade da Praia da Luz. f. 76

5.3.2. Comunidade da Praia da Beira. f. 79

5.3.3. Comunidade da Praia de São Gabriel. f. 85

6. CONCLUSÃO. f. 91

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. f. 94

8. ANEXO. f. 102

1. INTRODUÇÃO

A Baía de Guanabara é um grande ecossistema, que por abrigar em suas margens a foz de vários rios, apresenta características estuarinas em que a influência das marés propicia a ocorrência de gradientes ambientais, desde águas doces nos corpos dos rios, águas salobras, nas regiões de foz desses rios e águas marinhas, que deram origem a extensas áreas de manguezais, conhecidos por serem berçários naturais para muitas espécies de peixes, crustáceos, quelônios e aves marinhas (AMADOR, 1997; COSTA, 2014).

Este espaço, devido às suas características ambientais, já foi associado, por diversos viajantes que o conheceram nos anos iniciais de sua ocupação, à “visão do Paraíso”, sendo considerado um lugar onde se cristalizavam os vestígios da ação e dos sonhos de povos e culturas que aqui viviam. Contudo, a terra que guardava a promessa de um “Jardim do Mundo”, hoje sofre com a degradação devido à expansão territorial dos centros urbanos assentados em suas margens (CARVALHO, 1996).

Seu processo de degradação inicia-se com a chegada dos primeiros navios europeus. Um espaço que antes era ocupado por populações primitivas cujas principais ocupações eram a caça, a pesca e a agricultura de subsistência, passa, a partir de então, ser vinculado a outros objetivos de caráter comercial, em que a principal atividade foi, em primeira instância, a exploração de recursos naturais, tais como o pau-brasil, e posteriormente, a implantação de colônias voltadas à expansão agrícola para produção de gêneros de grande importância comercial, a fim de atender às demandas mercantilistas da época (SILVA, 1995).

Inicialmente, a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para a ocupação das terras-brasilis foi o regime de feitorias, modelo este, já adotado na costa da África. Esse regime de ocupação vai propiciar a situação histórica, em que as populações indígenas e os europeus são colocados regularmente em interação, uma vez que, sendo a produção primordial a extração madeireira, principalmente o pau-brasil, esta precisava da mão de obra indígena para a retirada da madeira das matas e disponibilizá-la nos pontos de trocas, numa economia baseada no escambo. É a partir das interações e convivências entre os degradados, desertores, náufragos e comerciantes de origem europeia com os nativos que

surgirão os primeiros assentamentos mamelucos nas terras recém-descobertas, em que as relações de parentesco daí originadas, serviram para instituir as bases de poder dos colonizadores sobre a população nativa (OLIVEIRA, 2009).

A formação das comunidades caiçaras se inicia, então, no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos vários ciclos econômicos vividos pelas regiões Sul/Sudeste. Como o seu sistema de produção está voltado para responder às suas necessidades domésticas e às necessidades de insumos externos, precisava produzir excedentes caracterizando-se, dessa forma, tanto por uma oposição ao “socialismo”¹ da economia indígena, quanto à economia mercantilista, combinando a agricultura com a pesca, muitas vezes complementada pela coleta de caranguejos (ADAMS, 2000).

De acordo com Amador (1997), a colonização das margens da Baía de Guanabara e de suas bacias hidrográficas se deu através da entrada por florestas, pântanos e morros, sendo traçada pelos próprios rios².

O fácil acesso pela via fluvial permitiu a expansão das comunidades caiçaras até o interior do estado, favorecendo os processos de uso e ocupação do solo no entorno do espelho d'água. Nesse processo de colonização, além da extração do pau-brasil, as florestas próximas da costa transformaram-se em reservas de madeira para usos diversos, desde combustível para as caieiras, olarias e casas de farinha, como construções de casas, fazendas, engenhos de açúcar, mobílias e construção naval, com consequências ambientais permanentes (COELHO, 2007).

Nos séculos iniciais da colonização das terras da Guanabara, a pesca viveu nas zonas de sombra, junto com a atividade agrícola voltada para fornecimento de produtos de menor prestígio na economia colonial, mais interessada nos produtos para exportação (DA SILVA, 2015). Nesse contexto, a pesca artesanal era praticada como complemento da atividade agrícola das famílias de lavradores que ocupavam as zonas limítrofes das sesmarias nas margens oceânicas e dos rios (RAMIRES e BARRELA, 2003).

¹ Segundo Ribeiro (1995), os aldeamentos indígenas caracterizavam-se por serem conglomerados de aldeias agrícolas indiferenciadas, em que todos os seus moradores participavam da produção de alimentos, em que só, excepcionalmente, dela era liberado, alguns líderes religiosos (os pajés) e alguns chefes guerreiros (os taxáuas).

² Meriti, Sarapuí, Iguacú, Saracuruna, Magé, Guapimirim, Macacu, Guaxindiba e outros.

A partir da metade do século XVII, com o Rio de Janeiro tornando-se o centro político-administrativo, o porto situado na Baía de Guanabara assumiu importância como centro de comércio no Atlântico-Sul em que o açúcar produzido nas zonas do recôncavo era a maior pauta de exportação. Por essa época, a pesca de baleias era a principal atividade nas águas da Baía, devido ao destaque comercial que os produtos derivados desse animal alcançaram, principalmente, o óleo utilizado como combustível e como aditivo nas argamassas de construção. Esta atividade se prolongou no espaço da Guanabara até aos anos de 1729 quando a pesca do cetáceo vai se deslocar para Cabo Frio, devido à escassez de animais nas águas da Baía, provocada, entre outros motivos, pela grande movimentação portuária e pela poluição de suas águas (DA SILVA, 2015).

Posteriormente, a expansão da urbanização nas áreas costeiras vai destituir as populações caiçaras da atividade agrícola³, que com a falta de espaço, passaram a se dedicar exclusivamente à atividade pesqueira, assim permanecendo até os dias de hoje (DIEGUES, 1988).

O contexto histórico do espaço guanabarino, nos diversos ciclos de desenvolvimento econômico regional, vai conformar a ocupação urbano/industrial da região metropolitana do Rio de Janeiro no entorno da Baía de Guanabara, que no processo recente de modernização industrial, intensifica seu uso residencial, industrial e viário, tornando-se palco de conflitos de interesses pelos diversos agentes que compartilham esse espaço geográfico, incluindo-se os pescadores artesanais (DA SILVA, 2015).

Segundo Rougemont e Perez (2012), os objetivos das indústrias que vem se instalando na Baía de Guanabara não coincidem com as expectativas de vida dos pescadores, que dependem desse espaço para a sua sobrevivência, evidenciando que há divergência de interesses, gerando problemas socioambientais.

Atualmente, as comunidades de pescadores artesanais remanescentes estão ameaçadas de extinção, isto porque seus espaços tradicionais vêm sendo submetidos a constantes ocupações urbano/industriais, diminuindo a produtividade pesqueira nas águas da Baía (DIAS *et. al*, 2013).

³ Em algumas comunidades isoladas, esse sistema econômico ainda sobrevive, como nas comunidades caiçaras do Saco de Mamanguá em Paraty, RJ (DIEGUES, 1988).

Além do elevado nível de poluição das águas por esgoto doméstico e despejos industriais, a continuada expansão de unidades industriais ligadas ao petróleo, introduzindo construções nas águas e ilhas da Baía de Guanabara, com lançamento de rede de oleodutos de interligação dos diversos complexos petrolíferos, são fatores que se mostram ainda mais impactantes sobre a pesca. Segundo Anderson (2012), as atividades ligadas à indústria petrolífera reduziram cerca de 70% da área de pesca, afetando fortemente a sua produção, considerando-se nesse aspecto, não só as instalações fixas, mas também as áreas de prática (estacionamento) das embarcações ligadas a essa atividade.

A comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca⁴, localizada no município de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, é constituída por pescadores, coletores de caranguejos e escarnadeiras e fabricantes de apetrechos (espinheis, redes e currais), todos considerados pescadores artesanais perante as suas associações de representação. Ultimamente, essa comunidade vem apresentando sinais de esgotamento devido aos conflitos, internos e externos, advindos dos impactos socioambientais gerados pelo avanço urbano/industrial sobre seu espaço tradicional, o que agrava as condições para o desenvolvimento da pesca artesanal, que devido à dependência de fenômenos não controlados pelo agente executor, tais como, temperatura da água, correnteza dos fluxos, profundidade, movimentação dos cardumes e espaço para execução, já contém em si, certo grau de incerteza na obtenção de seus resultados. Torna-se importante, então, identificar o modo pelo qual as comunidades de pescadores percebem e se relacionam com o espaço de atuação, derivando a partir daí territorialidades para apropriação dos recursos necessários para a sua subsistência, bem como entender a percepção que fazem do uso por outros agentes que atuam em seu território com outras finalidades que não a pesca.

Dessa forma, o estudo da percepção ambiental, com suas implicações territoriais, poderá servir de base para melhor compreensão das relações do homem com o meio ambiente, em suas expectativas, satisfações, insatisfações, julgamentos e condutas, podendo auxiliar, através das análises dos significados socioculturais, o que representa o território para os diferentes agentes humanos atuantes no mesmo espaço territorial, porém com objetivos distintos em termos de utilização dos recursos naturais desse território, e o que os impactos ambientais representam para os membros das comunidades afetadas no

⁴ A Comunidade Pesqueira da Ilha de Itaoca é constituída por três grupos comunitários que recebem o nome das praias em que estão assentados: da Praia da Luz, da Praia da Beira e da Praia de São Gabriel.

espaço estudado, podendo ser dessa forma, um facilitador na solução de conflitos gerados pelos impactos ambientais (ZAMPIERON et al., 2003).

Nesse sentido, o presente estudo visa conhecer a percepção dos membros da comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca, a cerca dos efeitos do avanço urbano/industrial naquela localidade, considerando a percepção ambiental dos seus membros e os significados de seus espaços tradicionais, a fim de melhorar a interlocução entre eles na solução de conflitos gerados por essas externalidades negativas.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Conhecer a percepção de membros da comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca, São Gonçalo/RJ, acerca dos efeitos do avanço urbano/industrial naquela localidade.

2.2. Específicos

- Caracterizar os pescadores locais;
- Identificar a percepção dos pescadores acerca das externalidades geradas pelo avanço urbano/industrial sobre seus espaços tradicionais de pesca e moradia e em relação à degradação do meio ambiente natural de Itaoca;
- Identificar os principais interesses, conflitos e problemas vivenciados pelos “pescadores” da comunidade em estudo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. O desenvolvimento econômico como fator de degradação dos espaços ambientais e humanos

É no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, que se dá o alargamento do mercado internacional, com a inserção dos países da Ásia, África e América Latina, reconhecidamente pobres, nos programas de desenvolvimento patrocinados pelos países desenvolvidos, sob a liderança dos Estados Unidos e implementados pelas Nações Unidas. Com o objetivo de promover a estabilidade global, ameaçada pelas agitações sociais dos países pobres estimulados pelos movimentos de libertação e pela propaganda socialista, o desenvolvimento torna-se o foco central nas relações entre os países ricos e pobres (MAGALHÃES, 2007).

Segundo Escobar (1999), o discurso do desenvolvimento passa a difundir a crença de que o caminho obrigatório que a humanidade deve trilhar é o do rumo às conquistas que caracterizam as sociedades avançadas, nas quais, industrialização, urbanização, modernização da agricultura e infraestrutura, bem como aumento da oferta de serviços sociais, elevaram os níveis de vida das populações. Nesse contexto, será relevante o papel que a ciência e a tecnologia podem desempenhar nos processos de mudanças socioculturais nos países subdesenvolvidos, como receptores dos conhecimentos tecnológicos, sem os quais não ocorrerá o rompimento dos círculos da pobreza e o processo de desenvolvimento. Contudo, esse discurso não leva em consideração os contextos socioculturais dos povos que os programas pretendem alavancar ao desenvolvimento, sendo nesse sentido um instrumento de dominação.

Foi a partir da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, uma agência regional da ONU, que se desenvolveram as propostas de soluções econômicas para o desenvolvimento regional, nas quais as teorias em Estudos Organizacionais – EOR, e Gerenciamentos Organizacionais – GEO assumiram a posição de verdades objetivas na formação de uma nova classe dirigente, pela combinação de uma ideologia capitalista anticomunista e de ideologia administrativa disciplinadora, com vistas a organizar as relações de trabalho nos projetos de desenvolvimento da América Latina. Contudo, o desenvolvimento assim imposto, mostrou-se socialmente injusto, por alargar a

desigualdade econômica entre os dois mundos (o desenvolvido e o subdesenvolvido), e discriminatório, uma vez que promove, nos países subdesenvolvidos, concentração de renda nas mãos de uma elite local, daí seu caráter excludente (ESCOBAR, 1999; WANDERLEY, 2015).

No Brasil, até o início da década de 50, a industrialização ainda era muito voltada para a produção de bens de consumo perecíveis, como as indústrias alimentícias, têxtil, vestuário, gráfica, fumo e outras, nacionais em sua maioria, apesar da crescente presença do capital externo. A partir dessa data, iniciou-se uma nova forma de industrialização que afirma definitivamente o modelo econômico urbano-industrial com a implantação das indústrias pesadas, produtoras de bens de consumo duráveis, bens intermediários e de energia, em que o Estado assume a forma de empresário privilegiado, investindo diretamente na criação de unidades produtoras, incentivando os detentores de capital a patrocinar esses investimentos (PRADO JR., 2012).

Entre 1956 e 1961 ocorreu, no Brasil, a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares promovendo um salto tecnológico e uma ampliação da capacidade produtiva como nunca antes fora vista no país. O Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek é, na realidade, uma proposta arrojada de implantação da indústria de base iniciada na era Vargas. Para a execução desse projeto foi necessário o investimento do Estado em infraestrutura, estradas, portos, energia, através de contratação de empréstimos internacionais, adoção de políticas que garantissem as condições de retorno do capital investido pelas multinacionais, via reserva de mercado (CATANI, 1984).

Na condição de desequilíbrio estrutural do país em relação aos desenvolvidos, vozes nacionalistas dentro da CEPAL, dentre os quais Celso Furtado, preconizavam que a centralização do planejamento pelo Estado era fundamental para que o desenvolvimento ocorresse por meio da industrialização dentro do país e, sob a liderança do Estado, para atender ao mercado interno e não por meio de incremento de exportações de matérias primas, o que implicaria em abrir o país às empresas e aos produtos das empresas estrangeiras (WANDERLEY, 2015).

Entretanto, segundo Wanderley (2015), com a instalação dos governos militares na década de 1960, o foco da política de desenvolvimento volta sua base para a instalação de indústrias exportadoras de matérias primas, materializada, principalmente, nas novas

fronteiras minerais, a exemplo dos projetos Carajás e do Rio Trombetas, com danos socioambientais que se perpetuam até os dias de hoje. Esse modelo de desenvolvimento brasileiro, apesar do crescimento econômico, com taxas de PIB de dois dígitos, produz concentração de capital e ampla socialização de seus efeitos deletérios, em escala local, regional e nacional, principalmente a poluição ambiental (VARGAS, 2008).

Como resultado da política urbano-industrial patrocinada pelo estado brasileiro, verifica-se, que esta foi fator determinante no incremento do processo de urbanização a que passaram as principais cidades brasileiras, com o crescimento vertiginoso de suas populações urbanas. Em 1940 a população urbana era de 31,2% do total. Em 2000 ela alcança a taxa de 81,2% (IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 1940-2010). Trata-se, portanto, de um gigantesco movimento de construção urbana necessário para o assentamento residencial dessa população, bem como para a satisfação de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água (MARICATO, 2000)⁵.

No Rio de Janeiro, um dos exemplos mais significativos é a concentração populacional ocorrida na sua região metropolitana, em que a falta de políticas públicas em urbanização, habitação e serviços essenciais de coleta e tratamento de esgotos sanitários e de lixo, tornou a Baía de Guanabara num dos locais mais degradados da região (VARGAS, 2008).

3.2. A degradação da Baía de Guanabara no contexto da ocupação urbano/industrial em decorrência dos ciclos econômicos regionais

3.2.1. Caracterização da Baía de Guanabara

Como produto de uma lenta e complexa evolução cósmica, geológica, geomorfológica e ambiental, foram produzidos na Terra o que poderíamos denominar de “Paraísos Tropicais”. Neles, climas, morfologias e o nível do mar interagiram no sentido

⁵ Brito e Souza (2005) no trabalho “Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles”, nos informa que entre as décadas de 1960 e 1980 foi estimado em 43 milhões o número de pessoas que saíram do campo para cidades, em que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo foram os que mais receberam migrantes devido ao desenvolvimento econômico nesses dois estados.

de serem produzidos encadeamentos de ecossistemas altamente produtivos e diversificados biologicamente, que atraíram, milenarmente, populações de povos coletores, caçadores e pescadores, que harmonizavam com os limites da natureza, daí sua condição de nômades. Um desses paraísos tropicais era a Baía de Guanabara, com seus complexos e diversos ecossistemas periféricos (AMADOR, 1997).

Nesse sentido, Amador apresenta uma bela e pormenorizada contextualização da visão que os primeiros europeus tiveram, ao adentrarem a Baía de Guanabara em 1502, fundamentada em pesquisa paleontológica e de relatos históricos que lhe permitiram a reconstrução da época, conforme a seguir:

Quando os colonizadores aqui aportaram, a natureza era pródiga e bela. A paisagem era majestosa, o mar batia diretamente nos pontões e costões que a emolduravam. Os manguezais se estendiam por quase todo o litoral, orlando enseadas e estuários, assegurando a produtividade da baía. Uma dezena de lagunas e brejos alinhava-se na retaguarda de restingas, tangenciadas por praias de areias alvas. Pitangueiras, guriris, clusias, cajueiros, bromélias, orquídeas e cactos enfeitavam os cômodos de restingas e dunas. Os rios de águas transparentes descreviam meandros, antes de atingirem amplos estuários e enseadas. As ilhas paradisíacas, os morros e as serras eram cobertos por uma exuberante floresta tropical, habitat de uma abundante e variada fauna. Em suas águas e nos ecossistemas periféricos, proliferavam imensos cardumes de sardinhas, tainhas, xereletes, corvinas, robalos; imensas colônias de moluscos, como mexilhões, ostras samanguaias; abundantes camarões; e diversos tipos de caranguejos e siris. Os golfinhos em grandes manadas percorriam a baía até as proximidades de Paquetá, atraídas pelos imensos cardumes, principalmente de sardinhas. Funda e limpa, a baía assistia anualmente entrada em suas águas, de inúmeras baleias. Dezenas de aldeias indígenas orlavam a Baía, utilizando de forma harmoniosa a sua riqueza biológica. (AMADOR, 1997, p. 215 e 216).

Atualmente, a Baía de Guanabara, incluindo sua bacia contribuinte, localizada no Estado do Rio de Janeiro, apesar da importância histórica, econômica, cultural, científica, social e ambiental é um dos ambientes costeiros mais degradados do país, tanto do ponto de vista ambiental, quanto social (AMADOR, 1997).

Inserida no litoral sudeste brasileiro entre, os paralelos 22°24' e 22°57' de latitude sul e meridianos de 42°33' e 43°19' W. Gr. e, ocupando uma área de 380 Km², possui uma forma irregular, alongando-se no sentido dos meridianos e estreitando-se no sentido dos paralelos. Em função de localização geográfica, o território de sua bacia está inteiramente compreendido na área intertropical e em decorrência dessa posição, possui um clima quente e chuvoso, tipicamente tropical, responsável pelo desenvolvimento da exuberante Mata Atlântica. Sua bacia hidrográfica tem área de aproximadamente 4.000 Km², limitada ao norte pela Serra dos Órgãos, em que as altitudes variam de 1.000 a mais de 2.000 metros e ao sul pelos maciços costeiros da Serra do Mar, paralelos ao litoral e com altitudes mais baixas, entre 500 e 1.000 metros, apresentando características contrastantes menores em termos de topografia, com zonas montanhosas, áreas planas de baixada e restingas, mangues e praias (COELHO, 2007).

Segundo Amador (1997), a formação geológica-geomorfológica dessa bacia é bastante antiga e sua origem é resultado de uma depressão entre dois grupos tectônicos falhados, a Serra dos Órgãos e os Maciços Costeiros da Serra do Mar.

O seu processo de formação tem início entre o Pleistoceno e o Holoceno há cerca de 18.000 anos, no cenário referente ao Máximo Transgressivo Holocênico, em que como decorrência da mudança climática, teve início o derretimento das geleiras continentais formadas no último período glacial (no Pleistoceno superior) dando origem à “Transgressão Flandrina”, denominada por Amador (1997) com “Transgressão Guanabarina”. Esse fenômeno caracterizou-se pelo afogamento da plataforma continental e dos vales fluviais pleistocênicos pelas águas marinhas, em que após curtas regressões, o nível do mar se estabiliza na época, entre 110 e 130 metros acima do nível atual, chegando a baía, a ter uma área de aproximadamente 800 Km² (mais que o dobro da superfície atual).

Embora de forma gradual, esse evento não se processa de forma contínua nem uniforme, em que após uma série de regressões e estabilizações, chega-se na última movimentação significativa do nível do mar, naquilo que se denominou de segunda regressão holocênica, quando o nível do mar atinge uma posição próxima da atual, há aproximadamente 7000 anos. Ao término dessa regressão a área da Baía de Guanabara era de 468 km², praticamente a mesma quando da época do descobrimento (AMADOR, 1997).

Caracterizado como um ecossistema costeiro semifechado de natureza estuarina, a Baía de Guanabara apresenta uma bacia de drenagem composta por cerca de cinquenta e cinco rios, conforme Figura 1, sendo os principais: Macacú, Guapi-Açu, Guapi-Mirim, Cacerebu, Guaxindiba, Guaraí, Imboaçica, Magé, Estrela-Inhomirim, Saracuruna, Meriti, Iguaçú, Pavuna. Essa bacia hidrográfica, durante a sua formação, dá origem a vários ecossistemas periféricos: lagunas, brejos e manguezais. Com diversificada flora presente na exuberante floresta tropical, que se estendia através das serras até às ilhas da Guanabara, estando adicionadas, na sua paisagem botânica, as vegetações de restinga, a Baía de Guanabara apresentava, nesse contexto, um elevado nível de produtividade biológica, que os europeus encontraram quando por aqui chegaram, no início do século XVI (AMADOR, 1997).

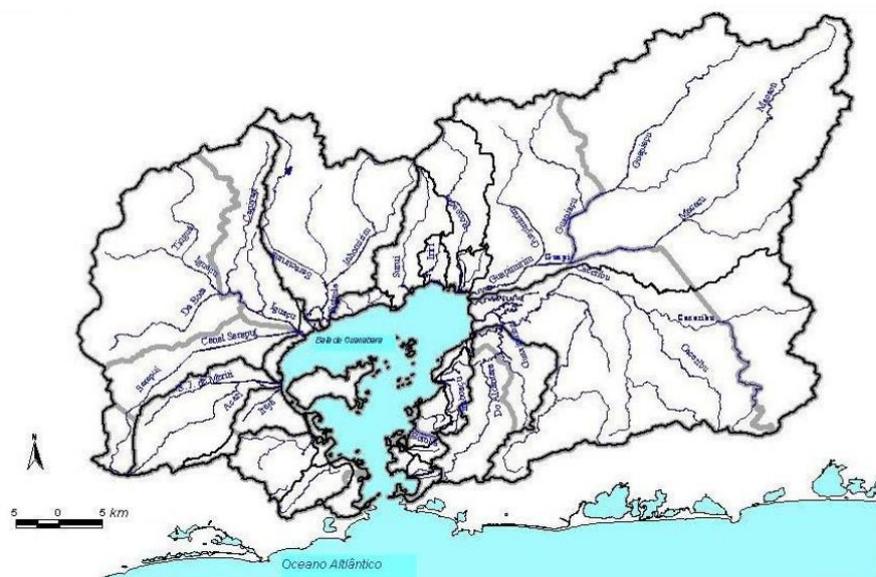


Figura 1: Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. Fonte: JICA, (2002).

A Baía de Guanabara apresenta-se como um ambiente complexo, no qual em sua origem e formação, se estabeleceu um gradiente estuarino, de hidrodinâmica natural, que se estende da entrada da barra até o fundo (eixo norte-sul) e que será responsável pelas variações na altura da lâmina d'água e pelo padrão de circulação da massa hidráulica, regido principalmente pelas marés. Esse regime de circulação de suas águas determina uma variação contínua na salinidade, com reflexos na qualidade da água, na distribuição dos tipos de sedimento e na distribuição da biota aquática. Essa estrutura hidrodinâmica natural foi sendo cada vez mais afetada pelas ações humanas durante o processo de ocupação e colonização. À medida que se dá o avanço da ocupação urbana se dá também as alterações

na configuração de suas enseadas, praias, rios, mangues, devido aos aterros, mudanças de cursos dos seus rios, desmatamentos de suas baixadas e morros. Essas ações alteraram o fluxo das marés, provocando assoreamentos e mudanças no gradiente de salinidade, produzindo impactos na produtividade biológica da baía, que será agravada pela elevada poluição gerada pelas descargas de esgotos sanitários sem tratamento e pelo lixo levado pelos rios devido à expansão urbana (AMADOR, 1997; COELHO, 2007).

3.2.2. A ocupação humana e as consequências socioambientais dos ciclos econômicos regionais do descobrimento até o século XX

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população indígena, que se mostrou, à medida que as viagens de reconhecimento desbravavam o litoral da nova terra, ser bastante numerosa e homogênea⁶ em termos culturais e linguístico, além de espalhada ao longo da costa (FAUSTO, 1999).

A região da bacia hidrográfica da Guanabara era habitada pelos índios Tamoios e Temiminós, pertencentes à família Tupi-Guarani. Os Tapuias habitavam a região serrana, e os Goitacases, parentes dos temidos Aimorés, habitavam as planícies da região de Cabo Frio. Embora os Tamoios e Temiminós possuíssem traços culturais semelhantes, entre os quais se destacavam o fato de serem guerreiros, antropófagos, caçadores, pescadores e exímios mergulhadores, viviam em constantes guerras. As diferenças tornaram-se mais intensas e se transformaram em ódio, quando os Tamoios se aliaram aos franceses e os Temiminós aos portugueses, fato bastante incentivado por estes europeus na disputa pela posse da Baía de Guanabara (VARGAS, 2008).

Essa ocupação ameríndia na bacia da Guanabara era bastante antiga e se deu após sucessivas incursões, que deixaram registros de mais de 8000 anos nos sítios arqueológicos da região. Esses povos praticavam a caça, a pesca, coleta de frutas e a agricultura, tendo já atingido os primeiros passos da “revolução agrícola”⁷. Observa-se a domesticação de

⁶ Segundo Ribeiro (1995), o litoral brasileiro era habitado por uma população indígena que embora não formassem uma organização política que lhes permitissem atuar conjuntamente, apresentavam uma unidade linguística e cultural, que lhes permitia classificá-los numa só macroetnia.

⁷ De acordo com Ribeiro (1995) os povos Tupis já haviam dado os primeiros passos da revolução agrícola, ao fazerem roçados nas matas, derrubando as árvores com seus machados de pedra, limpando o terreno com queimadas, e plantando diversas plantas que já haviam domesticadas, retirando-as da condição selvagem. Dentre estas a mandioca, que apesar de ser venenosa conseguiram transformá-la em alimento, através de

diversas plantas, dentre as quais a mandioca, de importância fundamental na estabilidade alimentar dessas populações, uma vez que por se manter viva durante meses na terra, não carecia de métodos sofisticados para sua conservação. Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata doce, o cará, o feijão, o amendoim, a abóbora, as cabaças que usavam como utensílios domésticos, o caju e tantas outras. A agricultura lhes garantia uma condição alimentar farta e variável durante todo o ano (RIBEIRO, 1995).

Na época do descobrimento existiriam na bacia da Guanabara entre 30 e 40 aldeias Tupinambás, com uma população estimada entre 15 mil e máximo de 120 mil habitantes (AMADOR, 1997).

Parece enganoso creditar aos índios, que ao buscarem atender as suas necessidades de sobrevivência pela pesca, caça e agricultura, estivessem preocupados na preservação do equilíbrio ecológico das áreas por eles ocupadas. No entanto, parece razoável presumir, que o alcance das suas ações para acesso aos recursos naturais fosse bastante limitado em termos de devastação ambiental, tanto pelo fato da tecnologia usada, ainda bastante rudimentar, quanto à ausência da cultura de acumulação de excedentes, para fins de trocas comerciais. Daí o caráter de serem nômades, migrando para outras áreas dentro do seu território, quando ocorria relativa exaustão das terras que viviam (FAUSTO, 1999).

A chegada dos europeus no Novo Mundo vai estabelecer um novo paradigma na relação do homem com a natureza, em que a ótica mercantilista estabelecida leva a identificação dos recursos naturais como oportunidade de negócios e auferição de riquezas. Essa contraposição à relação homem *versus* natureza antes estabelecida é que vai, daí em diante, ditar um novo *modus operandi* na relação do europeu com as novas terras, estando aí incluídos, os recursos naturais, homens e culturas dos nativos. Pode-se afirmar que era justamente a possibilidade de acesso fácil e rápido à riqueza que motivava o europeu a aderir ao empreendimento da colonização das novas terras, no qual, as perspectivas de lucros compensavam o esforço de desmatar, plantar a cana e fabricar o açúcar para o mercado europeu, desde que esse esforço, fosse efetuado por outros, os índios ou negros (HOLANDA, 1995).

adequado tratamento para retirada do ácido cianídrico. Ao praticarem a agricultura asseguravam fartura alimentar durante todo o ano e com variedade de matérias primas. Dessa forma esses povos já haviam superado a situação de carência alimentar a que estavam sujeitos os povos pré-agrícolas que por serem dependes da generosidade da natureza, estavam mais sujeitos aos ciclos de fartura e escassez na coleta de frutas e tubérculos.

É nesse contexto de visão diferenciada do mundo que se deu o projeto de ocupação e colonização das terras da bacia hidrográfica da Guanabara, inicialmente pelos franceses e posteriormente pelos portugueses, em que a atividade extrativista do pau-brasil foi o começo da degradação ambiental da Baía de Guanabara, uma vez que é por ela que se inicia a destruição de um dos seus ecossistemas periféricos, a Mata Atlântica. Matéria prima muito valorizada na Europa, utilizada na fabricação de corantes para tingir roupas, era também, por ser resistente muito utilizada na fabricação de móveis e navios. Posteriormente, com as ações adotadas pela Coroa portuguesa e implementadas pelos Governos Gerais da Colônia, é que a colonização vai exacerbar ainda mais a desfiguração ambiental, provocada pelos extensos desmatamentos iniciada pela atividade extrativista e agora para os assentamentos agrícolas (VARGAS, 2008).

No Rio de Janeiro, a ênfase dada pelos Governadores Gerais, foi, a destinação de sesmarias para a instalação de engenhos de açúcar, visto ter esse produto bom valor comercial na Europa. Facilitada pela utilização dos rios que desaguavam na Baía de Guanabara como vias de acesso, a lavoura canieira avançou sobre as terras do recôncavo guanabarino provocando graves impactos sobre os ecossistemas dessa bacia hidrográfica, a partir, por exemplo, da retirada das matas ciliares que provocaria, devido ao ciclo e volume das chuvas do clima tropical, erosões e assoreamentos dos rios futuramente (COELHO, 2007).

Desde o século XVI, início da ocupação e colonização, até meados do Século XIX, a Bacia Hidrográfica da Guanabara esteve vinculada ao processo de ocupação e desenvolvimento regional da Colônia, em que os diversos ciclos econômicos, do açúcar, do café, da laranja, mineração e industriais, produziram uma sucessão de ações, em que cada ciclo contribuía para o constante incremento populacional, e, por conseguinte, na ampliação do espaço urbano da região metropolitana, tendo o Rio de Janeiro como ponto principal. Uma vez que o início da ocupação dessa região da Colônia se deu num espaço de privilegiada presença de rios, lagoas, charcos e mangues, essas ampliações urbanas associadas aos incrementos das atividades econômicas vão alterar significativamente a geografia do espaço da Guanabara, com conseqüente degradação ambiental de sua bacia hidrográfica, pelas derrubadas das matas e pelas queimadas para o plantio da cana e do café, reduzindo sistematicamente a Mata Atlântica, e pelos aterros de lagoas, praias,

mangues e poluição das águas por esgotos sanitários e industriais (AMADOR, 1997; COELHO, 2007; LAMARÃO, 1991).

Segundo Prado Junior (2012), sendo a Europa carente de gêneros alimentícios, o projeto de colonização do Brasil se apresentava ao candidato a colono como oportunidade de acesso a extensas áreas para exploração e cultivo de produtos de valor comercial para atender o mercado europeu, daí seu caráter mercantilista. O açúcar nesse contexto se apresentava como produto altamente rentável, dada sua escassez para atender as demandas desse mercado. Entretanto, mesmo trazendo esse agudo interesse, o colono europeu só demonstrava predisposição nessa empreitada se tivesse as condições de vir como dirigente para produção de gêneros de grande valor comercial, assumindo condição de empresário de um negócio rendoso. Nesse sentido, a colonização toma o aspecto de empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu, com emprego do trabalho recrutado entre as classes inferiores, índios e negros importados.

É importante observar, que a colonização das novas terras, ao mesmo tempo, que trazia a motivação do lucro rápido e fácil, também apresentava possibilidades de insucesso, sendo então considerado um empreendimento de risco. Para tal era necessário que tudo fosse muito simplificado, restringindo-se as diferentes operações ao mínimo necessário. É nesse contexto que vão se processar os manejos no meio ambiente para a implantação das lavouras pelos colonos portugueses, em que tanto a dimensão, quanto a velocidade em que ocorreram, vai provocar danos ambientais nas regiões colonizadas, não se traduzindo, muito raramente, num fenômeno de formação da cultura agrícola no Brasil. Nesse sentido Holanda (1995) nos dirá:

Numa produção de índole semicapitalista, orientada, sobretudo, para o consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra “agricultura” aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores [...] (HOLANDA, 1995, p. 49)

No fim do século XIX, o ciclo econômico proporcionado pelas produções agrícolas do açúcar e do café, com as mudanças das condições do mercado externo devido à entrada de outros países como fornecedores desses produtos, terá seu colapso apressado com o fim da escravatura, com reflexos socioambientais de grandes proporções, provocados: a) pelo deslocamento de imensa massa de desempregados dessas lavouras para os centros urbanos, principalmente a baixada fluminense. Essa população deslocada irá se fixar nas regiões menos valorizadas dos centros urbanos, os morros e as áreas alagadiças como os manguezais da Baía de Guanabara; b) o abandono das lavouras vai propiciar com as chuvas, a ocorrência de danos ambientais provocados pelos deslizamentos de terras dos morros e posterior carreamento dessas massas de terra para os leitos dos rios tornando muitos deles inavegáveis (AMADOR, 1997; SARTHOU, 1964).

No contexto de replicação de capital, principalmente inglês, é que a partir de 1870, movimentos como a abolição da escravatura e de modernização da economia e do Estado brasileiro visaram à criação de um mercado consumidor, que seria reforçado com o ingresso de massas consideráveis de imigrantes europeus. Essa vinda maciça de imigrantes europeus articula-se com a nova etapa do processo econômico, o capitalismo industrial, mediante a expansão do trabalho assalariado (FAUSTO, 1999).

No Rio de Janeiro, a partir de 1870, há um incremento de investimentos estrangeiros principalmente no setor de serviços públicos (transporte, esgoto, gás), bem como para a implantação de indústrias, tais como do café, moinhos de cereais, tecidos e metalurgias, para atender as demandas do mercado consumidor. Nesse contexto, é que se assiste na década de 1880 a implantação de diversos projetos industriais têxteis na região do entorno da Baía de Guanabara, dentre as quais se destacam: a Companhia Progresso Industrial do Brasil inaugurada em 1893, e que por ter sido construída na fazenda Bangu, ficou conhecida como Fábrica Bangu de Tecidos, a Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria Aliança (Laranjeiras), a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial (Vila Isabel), a Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca (Jardim Botânico) e a Companhia Manufatora de Tecidos (Niterói) (LAMARÃO, 1991).

O Censo de 1907 destacava o Rio de Janeiro como principal centro industrial do país, com presença significativa na industrialização: de cereais (moinhos), vestuário, na construção naval, nas indústrias de bebidas, tecidos e indústrias de conservas,

concentrando 30,2% da produção nacional, abrigando 78 dos 97 produtos abrangidos pelo censo, demonstrando uma significativa diversificação em termos de investimentos industriais (STEIN, 1979). Muitas dessas indústrias serão grandes consumidoras de água e por conseguintes responsáveis, por anos, pela poluição de rios, córregos que deságuam na Baía de Guanabara.

À medida que novas levas de populações, expulsas do campo pelo desemprego e pela enorme concentração fundiária que sempre caracterizou a história do Brasil, iam chegando à capital, atraídas pela industrialização, as favelas iriam expandir-se para as regiões do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro e municípios periféricos da baixada fluminense, num processo desorganizado, replicando o modelo de ocupação carente de serviços públicos de saneamento. O resultado desse processo de ocupação é o aumento da poluição das águas da Baía de Guanabara, pelo lançamento de esgotos sanitários e lixo nos corpos hídricos da região (AMADOR, 1997).

3.2.3. A influência dos modelos de desenvolvimentos do Pós-Segunda Guerra e os reflexos no processo de ocupação urbano industrial na Baía de Guanabara

A partir de década de 1950, quando a ideia de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo foi associada aos conceitos de crescimento econômico e industrialização, é que se verificaram as maiores agressões à Baía de Guanabara, com a transformação da região metropolitana do Rio de Janeiro em importante polo industrial, com a instalação de indústrias voltadas a geração de muitas divisas para o país, porém com significativas consequências ambientais (VARGAS, 2008).

O programa de industrialização que foi implementado no Pós-Segunda Guerra, propiciou não só a instalação de grandes indústrias poluidoras nas margens da baía, mas também um acentuado crescimento populacional, que vai gerar na região metropolitana do Rio de Janeiro uma expansão urbana não acompanhada por políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais e a manutenção do meio ambiente. Esses eventos produziram elevados impactos sobre os ecossistemas periféricos, pelos aterros de áreas de manguezais, pelos despejos industriais e esgotos sanitários sem tratamento, e elevado volume de lixo descartado inadequadamente, provocando um efeito devastador em termos

de poluição das águas da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara (COELHO, 2007; COSTA, 2014).

No período de 1940 a 1980, o PIB brasileiro cresceu a índices superiores a 7% ao ano, um dos maiores do mundo no período. A riqueza gerada nesse processo, embora permanecendo bastante concentrada, influenciou na melhora de vida da população em geral, especialmente daquela que abandonou o campo buscando melhores condições de vida nas cidades. Enquanto o crescimento econômico se manteve alto, o modelo "funcionou" criando uma nova classe média urbana, embora mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros. Na recessão que se seguiu nos anos 80 e 90, as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), fazendo com que a evolução do PIB por habitante também chamada de *per capita*, fosse negativa no período, com forte impacto social e ambiental devido à ampliação do universo de desigualdade social. Nessas décadas, a concentração da pobreza é urbana, com multidões concentradas em vastas regiões de morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies. Isso significa que grande parte da população, inclusive daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa, em áreas irregulares ou simplesmente invadidas, sem amparo das políticas públicas de saneamento (MARICATO, 2016).

Em anos mais recentes, em meados dos anos 2000, assistimos na região metropolitana do Rio de Janeiro um novo processo de mutações sociais e espaciais ligados à industrialização e à urbanização, materializado por um novo ciclo de expansão industrial.

Liderado pelos investimentos na área petrolífera, relacionados à exploração dos campos de petróleo da Bacia de Campos e do Pré-Sal assiste-se ao desenvolvimento de diversos empreendimentos industriais voltados ao atendimento das demandas da área do petróleo. É nesse contexto, que se processa a expansão metropolitana fluminense em que se assiste na Baía de Guanabara, um acelerado processo de ocupação industrial e urbana pelos diversos agentes operadores relacionados a esse novo ciclo econômico regional. Dentre os investimentos já materializados ou em curso na região da Baía de Guanabara, pode-se destacar: as novas instalações do Centro de Pesquisa da Petrobrás – CENPES no campus da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; a instalação de redes de oleodutos interligando a Bacia de Campos, a Refinaria Duque de Caxias – REDUQ; os

terminais de transferência de óleo e gás nas Ilhas Comprida e Redonda e obras complementares do COMPERJ – Companhia Petroquímica do Rio de Janeiro. A esses empreendimentos se associam outros, desempenhados pelas atividades industriais dos estaleiros e os apoios náuticos da exploração das bacias petrolíferas acima citadas. Trata-se, portanto, da segunda maior estruturação petrolífera na história da metrópole fluminense e da Baía de Guanabara em particular (DA SILVA, 2011).

Ainda de acordo com Da Silva (2012), essa nova onda de industrialização no espaço da Baía de Guanabara em associação com outros agentes de utilização não menos importantes, como o Porto do Rio de Janeiro, os aeroportos Santos Dumont e Tom Jobim, os transportes de passageiros, Barcas SA, as bases navais, estaleiros e a pesca artesanal, vão caracterizá-lo como palco de diferentes usos, nem sempre harmonizados pelos distintos interesses dos agentes produtivos que lá atuam, sendo nesse sentido, um espaço de conflitos gerados pelas sobreposições de ações e disputas territoriais. É nesse contexto, que o poder dos programas de desenvolvimento articulados pelo capital, gera a imposição da racionalidade tecnocrática, na qual os agentes menos favorecidos, dentre os quais os pescadores artesanais, são os que mais sofrem com os impactos da produção e circulação de capital.

As consequências desse novo ciclo de expansão industrial sobre as Comunidades Tradicionais de Pesca Artesanal no contexto da Baía de Guanabara, têm se caracterizado sob dois aspectos: primeiro numa ocupação industrial que leva em conta apenas as vantagens estruturais de proximidades das fontes de matéria prima e do mercado consumidor de produtos e serviços. Segundo num processo migratório ocorrido na região metropolitana do Rio de Janeiro como resposta às demandas de emprego desse ciclo industrial. Esses processos de ocupação desembocam na degradação dos córregos, rios e praias, pelos lançamentos de esgotos sem tratamento e pela inadequada disposição do lixo domiciliar, resultando num incremento de poluição da Baía de Guanabara. Os fatores acima mencionados geram impactos negativos sobre as comunidades de pescadores, pela perda de produção de pescados e pela pressão urbana que avança sobre seus espaços (DIAS *et al*, 2013).

3.3. A formação das comunidades caiçaras e da pesca artesanal

As primeiras experiências de exploração das terras recém-descobertas foram instalações de feitorias ao longo do litoral. Esse sistema já havia sido adotado na África com relativo sucesso, uma vez que as feitorias funcionavam como postos fortificados, voltados ao comércio com os nativos, tornando desnecessária a colonização do território ocupado (FAUSTO, 1999). Na costa africana, há muito os portugueses traficavam marfim, ouro e escravos, produtos que atendiam aos seus objetivos mercantilistas. Entretanto, as recentes terras descobertas se apresentavam, segundo relatos dos cronistas que acompanhavam os navegadores, como possuidoras de uma população nativa bastante rudimentar, que não produzia e nem detinha produtos de valor comercial, e nas quais não havia sido detectada a presença de materiais nobres (ouro e pedras preciosas), à exceção de florestas de pau-brasil e animais exóticos, daí o desprezo por esses territórios primitivos e vazios do Novo Mundo pela Coroa portuguesa, durante quase cinquenta anos após a descoberta (PRADO JUNIOR, 2012).

No Brasil, em que a realidade se apresentava diferente das conquistas anteriores, o principal objetivo dessa iniciativa era regular a extração e o comércio da principal riqueza até então identificada, o pau-brasil, uma vez que as expedições de reconhecimento davam conta da presença de corsários, franceses, espanhóis e holandeses traficando com os nativos a extração dessa única riqueza. Entretanto, à medida que os europeus tornam mais frequentes os desembarques no litoral brasileiro, para traficarem pau-brasil com os índios, vão encontrar uma galeria de enigmáticos personagens. Era gente branca de diferentes matizes que viviam com os índios: alguns eram sobreviventes dos naufrágios; outros atraídos pela boa receptividade dos nativos abandonaram as naus que os tinham trazidos como tripulantes, eram os desertores; muitos tinham cometido crimes em Portugal e foram condenados ao degredo, outros, pela audácia de discordar de seus capitães foram abandonados em algum ponto do litoral, eram os desterrados. Dessa gente, aqueles que, quer pela habilidade de negociação, poder das armas ou pura sorte, conseguiram se livrar de serem consumidos pelos nativos em seus banquetes antropofágicos e estabelecer com estes uma relação de convivência, foram de certa forma inseridos na sociedade indígena, numa relação de parentesco através de casamentos com as nativas. Essa relação de parentesco vai se tornar importante uma vez que para os índios, encantados pelos produtos

trazidos pelos europeus, veem nesse processo, uma forma de mediação e acesso aos novos produtos, e para o homem branco uma forma de instituir uma estrutura de poder, num processo em que a relação de “superioridade” do homem branco, seja pela vantagem tecnológica, seja pela militar, se sobrepõe a do nativo (BUENO, 1998).

A forma cultural na qual os índios estabeleciam alianças com outros grupamentos indígenas era através da doação de uma moça de seu grupo social em casamento a um índio da outra aldeia, estabelecendo grau de parentesco com todos os membros do grupo, o cunhadismo. Isso se alcançava devido ao sistema classificatório de parentesco que relacionava todos os membros de um povo. Dessa forma, o cunhadismo, na sua nova forma de inserção civilizatória, vai fazer surgir através da interação dos europeus desembarcados junto às aldeias indígenas, através dos inúmeros casamentos com as nativas, uma numerosa camada de gente mestiça, que aos poucos foi ocupando pontos do litoral brasileiro (RIBEIRO, 1995).

Como cada europeu, posto na costa, podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma eficaz rede de recrutamento de mão de obra indígena para os trabalhos pesados da primeira atividade exploratória aqui praticada, o do pau-brasil, uma vez que, de acordo com Fausto (1999), o trabalho coletivo na derrubada de árvores para construção das aldeias e para as áreas de cultivo, era uma prática comum na sociedade tupinambá. Assim o corte do pau-brasil foi inserido com relativa facilidade no contexto da vida indígena, que encantados com as “riquezas” que os europeus traziam, veem no cunhadismo um modo de inserção, para se prover de bens, que se tornaram logo indispensáveis, como as ferramentas de metal, espelhos, adornos e tecidos.

A princípio, inseridos nas aldeias e depois apartadas destas, os náufragos, degredados ou desterrados passaram a formar suas próprias comunidades, constituídas pelas suas inúmeras esposas, numerosos filhos e extensa parentela, que espalhadas pelo litoral, passam a estabelecer variantes culturais, conformadas de acordo com as associações do europeu (português, francês, espanhol) com o nativo da região (tapuias, tupinambás). Esses grupamentos, ao tempo da pré-colonização, serviram como ponto de apoio aos navios que por aqui aportavam, estabelecendo-se como porto de troca de produtos europeus por produtos da região, dentre os quais o pau-brasil e alimentos, num processo que de certa forma inseria os nativos no sistema mercantilista (RIBEIRO, 1995).

Segundo Prado Junior (2012) o caráter secundário a que o sistema econômico colonial, voltado para a grande lavoura exportadora, devota à agricultura de subsistência, vai determinar sérios riscos de abastecimento às populações urbanas, principalmente no século XVIII, quando os centros urbanos adquirem relativa importância. Na realidade o problema de abastecimento alimentar sempre esteve presente desde o início da colonização e foi se agravando à medida que a população urbana crescia. Embora as autoridades coloniais, desde o início da colonização, denotem preocupação com a questão do abastecimento, estabelecendo medidas que obrigavam os proprietários a plantarem alimentos e a efetuarem doações de terras com a obrigação de se cultivar gêneros alimentícios, esta atividade econômica não despertava interesse dos grandes fazendeiros da época, mais interessados nos produtos de exportação.

Nesse sentido é que as autoridades e mesmo os donos de sesmarias serão tolerantes com as comunidades mestiças que foram se instalando nas terras devolutas às margens das grandes propriedades, pois propiciavam o fornecimento de gêneros alimentícios agrícolas, carnes de caça e peixes aos nascentes núcleos urbanos, sendo consideradas livres em oposição ao escravo (ADAMS, 2002).

Contíguo a Niterói e próximo ao Rio de Janeiro, por intermédio da Baía de Guanabara, as terras de São Gonçalo sempre foram de fácil acesso aos colonizadores e invasores, principalmente franceses. Na margem oeste desse município localiza-se Itaoca, que segundo Silva e Molina (2010) destaca-se como o começo da penetração e ocupação das terras gonçalenses pelos franceses que ali se estabeleceram e articulavam, junto com os Tamoios, os ataques às instalações portuguesas na Baía de Guanabara.

De igual maneira, de acordo com Ribeiro (1995), os franceses, fundaram seus criatórios com base no cunhadismo e eram tantos, que por muito tempo não era possível saber se o Brasil seria português ou francês, tal a força da presença, do poder e de sua influência junto aos índios Tamoios.

As comunidades de mamelucos que iam se formando, viviam junto com os índios ao longo dos rios e ilhas, dentre estas, a hoje denominada Ilha do Governador, onde os franceses pretendiam implantar um núcleo de colonização, a França Antártica (FRAGOSO, 1965).

própria de estabelecer-se o modo de vida, que lhes permite dispor do seu tempo de acordo com as necessidades do contexto familiar e comunitário. Dessa forma, os caiçaras, em sua gênese, eram lavradores-pescadores, em que a tradição do trabalho agrícola e do trabalho da pesca são da mesma intensidade, diferentemente dos jangadeiros do Nordeste e dos pescadores saveiros baianos, que dedicavam a maior parte do seu tempo ao labor da pesca (DA SILVA, 1993; ADANS, 2000).

Conceitualmente, pesca artesanal é aquela praticada por pescador profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, que por apresentar capacidade produtiva limitada, está mais voltada a um mercado consumidor menor, próximo das áreas das comunidades de pescadores, em contraposição ao de pesca industrial, que visa atender principalmente à indústria de conservas e ao grande mercado consumidor, inclusive o de exportação (DA SILVA, 2015).

Nesse sentido podemos considerar que tanto os caiçaras como os jangadeiros do Nordeste e os pescadores baianos que utilizam os saveiros, são pescadores tipicamente artesanais, pois são detentores dos meios de produção e geralmente exercem a atividade forma autônoma, em embarcações que não permitem grandes distanciamentos de seus pontos de origem e cuja produção não representa grande escala (DIEGUES, 1988).

A caracterização cultural do pescador-lavrador caiçara e o pescador artesanal perpassa a apropriação dos meios de produção e as alianças familiares para a produção da pesca, mas inclui o domínio das artes profissionais obtidas pela tradição familiar e grupal, o que lhes dá o controle dos segredos do tempo, enquanto condições meteorológicas, e do mar, que permitirão interpretar as imprevisibilidades da natureza, tanto para se safar dos perigos das tempestades, como o controle de como pescar e o que pescar (DIEGUES, 1988).

São Gonçalo, bem como as demais regiões em que o processo de colonização promoveu o assentamento de grandes lavouras de exportação, experimentou um grande surto de crescimento e progresso no período do século XVII a meados do século XIX. Com o êxito da acumulação de capital advindo das exportações do açúcar e café, a região assistirá à expansão de sua área agrícola, com número crescente de novas fazendas com engenhos de açúcar, algumas produzindo água ardente tido como importante produto de exportação para a África, utilizado no comércio de escravos (SILVA e MOLINA, 2010).

É de se observar que toda essa riqueza estava assentada na mão de obra escrava. Quando se inicia, a partir da segunda metade do século XIX, o processo de extinção do trabalho escravo, assiste-se o começo da derrocada dessa estrutura econômica agrária, uma vez que grande parte da elite fundiária não admitia a mudança do regime de obtenção de mão obra para a lavoura, qual seja o de trabalho escravo para trabalho assalariado. Em São Gonçalo, por ser uma região em que a participação da mão de obra escrava era muito grande, assiste-se paulatinamente a queda do esplendor econômico da vida rural, em que as lavouras e posteriormente as próprias fazendas vão sendo aos poucos abandonadas (PRADO JUNIOR, 2012; SILVA, 1981; SILVA E MOLINA, 2010).

Segundo Prado Junior (2012), o êxodo rural que se processa no contexto da extinção do trabalho escravo, se deu, principalmente devido às seguintes causas: a) O aviltamento do trabalho de agricultores livres que não dispo de terras viviam da dependência dos proprietários de latifúndios para realização da produção agrícola, num sistema de divisão da produção que levava esses agricultores às condições semelhantes a dos escravos. Esta situação se torna forte fator impeditivo para que o escravo liberto se interessasse em oferecer sua força de trabalho nas fazendas a que estiveram submetidos ao regime de escravidão; b) A possibilidade de que o negro liberto conseguisse encontrar meios de sobrevivência nas comunidades que viviam a margem das grandes fazendas, funcionava como incentivador para que este não se submetesse às condições de trabalho das fazendas, buscando se estabelecer por meios próprios; c) As lavouras da cana e do café demandavam muita mão de obra, em que a contratação de assalariados impunha um risco ao retorno do capital aplicado, uma vez que estes produtos estavam sujeitos a preços internacionais estabelecidos por pregões em bolsas de valores.

Diante de tais fatores, aos fazendeiros que haviam acumulado capital no ciclo de ouro do comércio dessas *comodities*, parecia mais prudente buscar outro caminho para a replicação desse capital adquirido na lavoura. Dessa forma é que o capital acumulado de origem do ciclo agrícola irá ser investido em outras atividades, dando início ao ciclo industrial na virada do século XIX para o século XX. A partir daí o que se irá ver é o abandono das grandes lavouras (PRADO JUNIOR, 2012).

Assim, São Gonçalo no início do século XX irá se transformar num dos maiores municípios industriais do Brasil, mudando o vetor econômico do município de agrário para

industrial. Durante esse processo é que se verifica a partilha das antigas propriedades dos engenhos na região do recôncavo da Guanabara, em numerosos sítios ou minifazendas, muitas delas direcionadas a fruticultura, com destaque para laranja e abacaxi. Outros loteamentos estarão voltados à ampliação dos espaços urbanos, principalmente para assentamento de indústrias e vilas operárias (MORAES, 2014, ARAUJO e MELLO, 2014).

No contexto acima, aos sujeitos sociais não ingressos no domínio da propriedade agrária, sendo mera força de trabalho, num ambiente de diversidade de relações contratuais (assalariado) e não contratuais, restará à construção de modos de vida, em recortes territoriais menos valorizados, dentre os quais a pequena propriedade agrícola nas franjas das maiores propriedades (posse) e na multiplicação de comunidades de pescadores artesanais na orla marítima, nas margens dos rios, lagoas e manguezais (BARCELLOS, 2006).

Assim é que, enquanto floresceu o sistema latifundiário, voltado à lavoura extensiva, primeiro da cana e depois do café, as comunidades caiçaras na região sudeste tiveram certa estabilidade de convivência com os latifúndios. Com a decadência destes, pelas perdas comerciais no mercado internacional e o fim da mão de obra escrava, as comunidades ingressam num declínio. No século XX é a expansão urbana/industrial, que alterando o ambiente rural, com a abertura de estradas acessando o litoral, que irá ameaçar a posse das terras das comunidades caiçaras. O ambiente rural se transforma em urbano e o caiçara termina por perder as terras de suas lavouras, restringindo suas atividades à pesca ou a coleta de mariscos e caranguejos (DIEGUES, 1988; ADANS, 2000).

3.4. O significado do espaço territorial na construção da percepção ambiental como fator de entendimento das transformações dos espaços territoriais nas comunidades tradicionais.

De acordo com Santos (1988), os espaços são geograficamente determinados pelas necessidades humanas de morar, se locomover, produzir, estabelecendo, a partir daí, uma realidade de funcionamento que vai construir um mosaico de formas, funções e significados, que serão dados ao espaço. Nesse sentido, faz-se necessário entender o

mecanismo a partir do qual o ser humano constrói a percepção acerca de um determinado espaço e se apropria deste como território.

Segundo Couto (2006), a construção da percepção do espaço se dá não só dos atributos físicos, mas também através dos aspectos do imaginário que determinado grupamento humano tece a respeito desse objeto. Dessa forma, mesmo que cada indivíduo construa sua percepção, esta acontece a partir de representações sociais estabelecidas sobre determinado lugar pela coletividade a qual o observador pertence, e que serve de base para traduzir a forma como se vive e se entende este espaço.

Moscovici (1976) estabelecendo o entendimento sobre representação social diz:

Uma representação social é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também, os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das Pessoas (MOSCOVICI, 1976, p. 23)

É a partir das interações sociais que vão se estabelecendo consensos, através dos quais novas representações vão se construindo, estabelecendo um universo não mais de idiosincrasias isoladas, mas de verdadeiras teorias de senso comum, que visam atender ao entendimento das complexas ideias que permeiam as relações sociais, facilitando a comunicação e orientando condutas, construindo, dessa forma, a identidade grupal e o sentimento de pertença do indivíduo ao grupo (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

De acordo com Moscovici (1976), a construção das representações ocorre através de dois processos que propiciam sua formação, são eles: a objetivação e a ancoragem. A objetivação constrói um conceito ou um objeto por parte dos sujeitos a partir de condicionantes culturais, estando aí considerado, tanto o acesso às informações, que será função da inserção social dos sujeitos, bem como os aspectos valorativos que o grupo estabelece. Dessa forma, as informações estabelecidas a partir do conceito ou objeto adquirem uma imagem coerente com os valores sociais do grupo, tornando-se assim um conhecimento em nível de senso comum. O processo de objetivação, então, faz com que se torne real um esquema conceitual, dando a uma imagem uma contrapartida material.

Quanto à ancoragem, a mesma se processa pela integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamentos pré-existentes. Trata-se, portanto, de uma

inserção orgânica em um conjunto de crenças já formadas. É a ancoragem que torna familiar o conceito ou objeto representado (MOSCOVICI, 1976).

Sendo assim, a percepção territorial/ambiental está relacionada à vivência e aos significados que as pessoas dão ao ambiente em que vivem, atribuindo sentidos e valores ao que percebem, estabelecendo a partir daí, uma interação com este ambiente, baseada em aspectos diretamente ligados às representações sociais pré-estabelecidas pela integração cognitiva (COUTO, 2006).

Nesse sentido, a percepção do espaço se processa, pelo cognitivo, pela capacidade humana de apreender o que a vista não só alcança, mas abarca e que é definida como paisagem. Sendo domínio do visível, a paisagem é apreendida não apenas pelos volumes, cores, mas também pelos movimentos, sons, odores e tudo o mais que transmite significados pelo aprendizado anterior, formando aquilo que se denomina percepção (SANTOS, 1988).

Essa apreensão da paisagem pelo homem, pelo fato de ser dependente do aprendizado formal ou informal, se dá de forma seletiva, produzindo interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, gerando versões diferentes para o mesmo fato. Assim, a percepção em primeiro momento ainda não é conhecimento, pois é dependente de interpretação e que para se transformar em senso comum, precisa ser validada pelas representações sociais do grupo a que o observador pertence (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

Segundo Santos (2012), o que caracteriza a paisagem é o conjunto de formas, que num momento específico, é apreendido pelo olhar humano, exprimindo estas formas, heranças representativas do homem com a sua sociedade e o ambiente. O espaço também é caracterizado pelas mesmas formas da paisagem, mas levando em conta a vida que as anima. Enquanto a paisagem é transtemporal, posto que, pode juntar objetos com temporalidades diferentes, passados e presentes, o espaço é sempre presente, resultando da intrusão humana e está em constante construção, em que as novas ações substituem as ações do passado. É pela apropriação dos recursos disponibilizados no espaço que se dá a territorialidade do mesmo, caracterizando-o como território que será referenciado a um determinado grupamento social.

Assim, o ponto de referência pelo qual ocorre a constituição dos territórios é a partir da relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente para apropriação dos

recursos naturais para satisfazer suas necessidades e anseios existenciais. É assim que, pela forma que como as sociedades percebem, atuam e modificam os espaços, por meio de seus costumes, técnicas e representações, ou seja, pela humanização do ambiente, que vão criando territórios (DA SILVA, 2007).

Ao agirem sobre a paisagem de forma a materializar as suas expectativas, os seres humanos o fazem animando as formas espaciais, atribuindo-lhes função com sentido social, transformando a paisagem em espaço, em que aos objetos presentes são atribuídos significados de uso e valor. Pelo estabelecimento de manejos, ordenamento de condutas e de poder, utilizando técnicas, para apropriação de recursos é que se estabelece a identificação do grupamento humano com o espaço, condição primordial para a territorialidade. Assim, a delimitação do espaço geográfico, transformando-o em território, não é um fenômeno aleatório, pois sendo produto da necessidade de sobrevivência (não se tratando apenas de necessidade material de subsistência, mas daquela que é própria à vida humana, dar sentido ao mundo que o cerca), irá cristalizar através de um conjunto de fatores, que poderão ser físicos, humanos, econômicos e ou socioambientais, uma identificação própria, única, do agente humano com o espaço, antes percebido como paisagem (DA SILVA, 2012 e SANTOS, 2012).

Assim, através da territorialização, o homem materializa-se no espaço, humanizando-o, transformando-o num espaço pensado, vivido e modificado, criando uma identidade própria, manifestada por meio de um conjunto de símbolos reconhecidos pela coletividade, ou seja, suas representações sociais. Nesse contexto, o ato de criar território é próprio do gênero humano, que a partir de suas necessidades existenciais, precisa de espaço, para através dos usos, costumes e trato dos recursos naturais, estabelecer uma íntima ligação com lugar de onde é nativo (DA SILVA, 2012).

Conforme Bourdieu (1989), é através das características próprias do território que a sociedade identifica-se com a região que habita e trabalha, reconhecendo esse espaço como elemento identificador de seu modo de vida e de sua própria identidade, requerendo-o como pertença, seja como nação, no caso mais amplo ou como território de determinada comunidade, no caso restrito. Assim, é pela identificação dos indivíduos com o território em que vivem, trabalham e tem seus laços sociais, que se obtêm o reconhecimento de uma coletividade segregativa, uma vez que é através dos aspectos culturais, que se estabelecem

os costumes, os símbolos, os quais, ao mesmo tempo em que separam, também unem a população em comunidades com características próprias, estabelecendo ordenações de relações sociais e de poder desse território. Dessa forma, território é produto espaço-temporal engendrado por relações de poder de um determinado grupo social, ante as necessidades de apropriações dos recursos naturais de um determinado espaço, para atender às necessidades existenciais, mediados pelas representações simbólicas e valores culturais, gerando identificação e sentimento de pertencimento dos indivíduos com o grupo e espaço considerados (SAQUET, 2004).

É das relações do homem com o espaço territorializado, que se estabelecem, através dos elementos físicos, sociais, culturais e psíquicos, os fatores determinantes na relação com o meio ambiente, em que diferentes valores podem ser atribuídos, dependendo do significado que representam, em termos de satisfações, insatisfações e expectativas, estabelecendo a partir dessas relações, diferentes percepções ambientais (COUTO, 2006).

Assim, a territorialidade é um meio de estabelecer controle sobre o uso de um determinado espaço (posse) e apropriação dos recursos naturais desse espaço, tornando-o área de uso exclusivo de determinado grupo. Esse sentido de territorialidade ocorre quando se estabelece interesses divergentes de usos de recursos naturais, estando aí incluído o próprio espaço, por agentes sociais atuantes no mesmo espaço, com diferentes percepções ambientais e objetivos, gerando um padrão de comportamento não identificado com o mais dependente dos recursos naturais desse território (DA SILVA, 2007).

Nisso reside uma das dificuldades de proteção dos ambientes naturais, pois, indivíduos de culturas diferentes, apresentam visões distintas de objetivos de usos do mesmo território. Assim, é possível relativizar a degradação dos recursos naturais de um determinado território, a partir das percepções ambientais dos agentes atuantes nesse espaço, visto que as diferenças socioculturais imprimirão valores diferentes, em termos de significação do território, gerando diferentes percepções, com implicações nas relações de usos dos recursos naturais com as realidades vividas no território (COUTO, 2006).

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. Caracterização da comunidade da Ilha de Itaoca

4.1.1. Ilha de Itaoca: localização e ecossistemas

No recôncavo da Baía de Guanabara, no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, está localizada a Ilha de Itaoca (Figuras 4 e 5), que possui área, de cerca, de 8,47 km².



Figura 4: Localização do local de estudo. Fonte: SEDRAP, (2013).



Figura 5: Localização da Ilha de Itaoca. Fonte: SEDRAP, (2013).

O rio Imboaçú é o separador hidrográfico da Ilha de Itioca com o continente. Seu canal sinuoso, hoje bastante poluído pelo recebimento de esgotos sanitário, ainda apresenta nessa região extensa cobertura de manguezais nas duas margens, como é possível ver na Figura 6. O rio possui sua nascente na Área de Proteção Ambiental (APA) do Engenho Pequeno, no município de São Gonçalo (AZEVEDO *et al*, 2005), e drena diretamente para a Baía de Guanabara. Parte dessa área de mangue da Ilha está integrada à APA Guapimirim que é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).



Figura 6: Rio Imboaçú. A margem esquerda é a Ilha de Itioca. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

De acordo com Amador (1997), a Ilha de Itioca é caracterizada como uma das ilhas correspondentes às elevações residuais, afogadas pela transgressão marinha que deu origem a Baía de Guanabara. Ainda, segundo o mesmo autor, após a Ilha de Itioca e os manguezais, havia um extenso litoral raso, de São Gonçalo, dominado por pequenas enseadas e praias. Tais praias são classificadas como praias de baixo nível de energia ou praias sedimentologicamente bimodais, ou seja, praias pouco extensas, como por exemplo, a Praia das Pedrinhas em São Gonçalo, típica praia de fundo da Baía de Guanabara.

A Ilha de Itioca é banhada por seis praias formadas pela Baía de Guanabara: Praia de São João, Praia da Luz, Praia da Beira, Praia de São Gabriel, Praia Caieira e Focinho de Porco (Figura 7), além de uma significativa área de vegetação característica de mangue e restinga. Estas praias recebem grande visitação da população do município de São Gonçalo

e municípios adjacentes, o que as colocam no percurso turístico do município (COUTO, 2006).



Figura 7: Posição das Praias e delimitação territorial da Ilha de Itaoca. Fonte: SEDRAP, (2013).

Embora a maior parte de sua planície de inundação esteja desocupada, a cobertura vegetal nativa, encontra-se fragmentada e descaracterizada. Conforme MASTERPLAN (2013), a vegetação da ilha e região se insere no Bioma da Mata Atlântica. No Estado do Rio de Janeiro, os remanescentes de florestas nativas estão atualmente reduzidos a menos de 20% da sua cobertura original e ocorrem, principalmente, nas encostas da serra do Mar. Na Ilha de Itaoca, de acordo com dados Atlas do SOS Mata Atlântica de 2008, existem remanescentes florestais e de vegetação de mangue em pequenos fragmentos composto de 1,91 km² de remanescentes florestais e 2,58 km² de mangue, o que corresponde a uma soma de 4,49 km², que correspondem a 46,24% do total de áreas com cobertura vegetal, (Figura 8).



Figura 8: Remanescente de fragmento florestal ao fundo na AE. Fonte: SEDRAP, (2013).

No Brasil, os mangues são protegidos por legislação federal (Lei nº 12651 de 25 de maio de 2012), devido à importância que representam para o ambiente marinho. São fundamentais para a procriação e o crescimento dos filhotes de vários animais, como rota migratória de aves e alimentação de peixes. Além disso, colaboram para o enriquecimento das águas marinhas com sais, nutrientes e matéria orgânica (MASTERPLAN, 2013).

Em virtude do solo salino e da deficiência de oxigênio, nos manguezais predominam os indivíduos halófilos, em formações de vegetação litorânea ou em formações lodosas. As suas longas raízes permitem a sustentação das árvores no solo lodoso. Os manguezais são encontrados ao longo de todo o litoral brasileiro, onde as principais espécies de árvores típicas deste bioma são o mangue vermelho (*Rhizophora mangle* L.) - próprio de solos lodosos, com raízes aéreas; o mangue branco (*Laguncularia racemosa* Gaertnf) - encontrado em terrenos mais altos, de solo mais firme, associado a formações arenosas; o mangue preto (*Avicennia schaueriana* Stapt et Lecch) e o mangue de botão (*Conocarpus erectus* L.). Na região em estudo, como o efeito das ondas é reduzido e as formações estruturais fisiográficas são de pequeno desenvolvimento, os bosques são em geral dominados pela espécie vegetal *R. mangle* (mangue vermelho) e em suas partes internas há influência direta dos rios com redução na salinidade permitindo um maior desenvolvimento e diversidade de bosques (MASTERPLAN, 2013).

Do ponto de vista ecológico, os manguezais são de grande importância no que concerne à cadeia alimentar marinha, sustentada pela formação de compostos orgânicos importantes neste ecossistema, a partir da mistura de matéria orgânica proveniente da

degradação das folhas das árvores, com as partículas do sedimento e os excrementos dos animais vertebrados e invertebrados. Quando os manguezais estão em terrenos de baixos ou de médio teor de salinidade, como notado ao longo do Rio Imboçu (Figura 9), aos bosques de mangues, fixados sobre terreno lamacento, atribui-se diversas funções, tais como: controlador de inundações, estabilizador de costas e controlador antierosivo, retentor de sedimentos e elementos tóxicos, retentor de nutrientes, exportador de biomassa, via de transporte, área de recreação e turismo, fonte de recursos florestais e animais, sustentáculo da diversidade biológica como bem relata Botelho e Vallejo (2006).



Figura 9: Representantes de mangue ao longo do Rio Imboçu. Fonte: SEDRAP (2013).

Nas praias da ilha podem ser vistas pequenos fragmentos de vegetação de restinga, conforme Figura 10.



Figura 10: Vegetação de restinga na área em estudo. Fonte: SEDRAP, (2013).

A região da ilha pode ser caracterizada como uma planície fluviomarinha intermarés constituídas por sedimentos argilosos, ricos em matéria orgânica, predominando solos de mangue. Embora o ecossistema costeiro seja de elevada importância para reprodução de espécies da fauna terrestre e aquática vem sendo impactados fortemente pela ocupação urbana irregular (MASTERPLAN, 2013).

4.1.2. A comunidade de pescadores da Ilha de Itaoca

A “Fazenda de Itaoca”, também conhecida como “Fazenda da Luz” ou “Fazenda do Engenho da Caieira”, pertenceu até as primeiras décadas do século XIX a D. Ana São Francisco e Lima e ao que parece, foi uma das poucas fazendas voltadas à produção alimentar (Figura 11). Nesta época possuía porto de rio e de mar. Por ser uma fazenda de grande extensão de terra, além de um bom pasto com gado, tinha produção agrícola de milho, feijão, mandioca, laranja e abacaxi e uma olaria com produção em grande escala (COUTO, 2006; SILVA e MOLINA, 2010).



Figura 11: Capela de Nossa Senhora da Luz. Fonte: Portal do Município de São Gonçalo, (2014).

Durante o ciclo agrícola a comunicação com o mundo externo era pela via marítima, com as pessoas e produtos sendo transportadas até o Gradim, Porto Velho e Neves (SILVA E MOLINA, 2010). Essa forma de comunicação permaneceu durante muito tempo até os idos de 1970.

Segundo Araújo e Mello (2014) com o declínio do ciclo agrícola no final do século XIX, terá início, no segundo quartil do século XX, o ciclo industrial da região Leste da Baía de Guanabara, principalmente no município de São Gonçalo, em que tanto os governos estaduais, com os municipais, deram pouca atenção às áreas agrícolas ainda incipientes, focando todo esforço econômico na implantação de indústrias.

A disponibilidade de vastas áreas de terras das antigas fazendas a preço baixo foi um dos incentivos para a implantação de parques industriais em São Gonçalo. O resultado é que, as regiões que estavam fora do eixo industrial, ficaram durante muito tempo, desassistidas de serviços essenciais, principalmente vias de acesso e transporte urbano, sendo este o caso das terras a Oeste do município, Itaoca, Fazenda dos Mineiros, Fazenda Boa Vista, Guaxindiba (GEIGER, 1956).

Nesse contexto, segundo Adans (2000), as comunidades caiçaras remanescentes dessa região, se destituem da atividade agrícola pelas dificuldades de transportes da produção agrícola para colocação no mercado consumidor e passam a se dedicar à pesca,

tornando-se comunidades de pescadores artesanais. Somente a partir da construção da BR-101, trecho Niterói-Manilha, na década de 1980, é que começa a ocupação urbana dessa parte do território gonçalense, embora de maneira desordenada, sem um plano diretor urbano que harmonizasse a região com as demais áreas do município (MENDONÇA, 2007).

No momento atual, o principal acesso à Ilha de Itaoca é a Avenida Central, que pode ser alcançado pela saída 309 (Figura 12) da rodovia BR 101, no trecho da rodovia Niterói-Manilha. Essa Avenida Central, que em muitos trechos apresenta pavimentação precária, desemboca na atual estrada de acesso à Ilha, na qual foi construída uma nova ponte sobre o rio Imboaçu (Figura 13), substituindo a antiga ponte do rodízio.



Figura 12: Placa de acesso a Avenida Central sentido Ilha de Itaoca. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).



Figura 13: Ponte sobre o Rio Imboáçu, acesso à Ilha de Itaoca. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

Com o acesso e mobilidade para as cidades de Niterói e Rio de Janeiro facilitados, na década de 1980 houve um crescimento desordenado na Ilha de Itaoca, com muitas demandas por serviços públicos. De acordo com o CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE de 2010 publicado em 2012, a população da Ilha é de 3912 pessoas, a maioria com renda e escolaridade baixas.

Com relação aos serviços públicos e privados presentes na Ilha de Itaoca pode-se citar, um CIEP que atende alunos do ensino fundamental e ensino médio; duas instituições de ensino privado que atende alunos do maternal e ensino fundamental até a quinta série; uma creche comunitária municipal; um Posto Municipal de Saúde; uma linha de ônibus que atende ao transporte municipal e intermunicipal e um Posto Policial, hoje desativado. Não há coleta de esgotos sanitários e a distribuição de água não é disponível em todos os pontos do bairro, assim como a coleta lixo que também não é regular tendo como consequência, o descarte de lixo em terrenos baldios da ilha.

Quanto à atividade econômica e comércio, a Ilha Itaoca apresenta, devido ao seu isolamento, um comércio constituído por pequenos mercados, padarias, cabeleireiros, boutiques de roupas femininas e infantis, quitandas e bares para atender principalmente às

demandas dos moradores locais, quase todos informais. Devido ao baixo dinamismo da atividade comercial, a pesca de camarão e de peixe, a cata de caranguejos e o descarno de siri, além da confecção de petrechos e fabricação/concerto de barcos, continuam sendo a principal atividade econômica da Ilha. Os domicílios são (Figura 14), em sua maioria, simples, de poucos cômodos e muitas vezes, inacabados, características de comunidades de baixa renda (MASTERPLAN, 2013).



Figura 14: Infraestrutura dos domicílios da Ilha de Itaoca. Fonte: SEDRAP, (2013).

A distribuição dos estabelecimentos comerciais na Ilha de Itaoca é similar a dos domicílios como é possível ver na Figura 15.



Figura 15: Estabelecimentos comerciais na Ilha de Itaoca. Fonte: SEDRAP, (2013).

Ao longo da Estrada de Itaoca, entre a Rua Laura Dantas e a Av. Vila Real, observa-se maior movimentação de pessoas e concentração de estabelecimentos comerciais que atendem os moradores da Ilha. Os estabelecimentos identificados são todos de pequeno porte, com produtos diversos. Os dados do levantamento censitário da AMAII

apontam que em 2011 existiam na Ilha de Itaoca 157 estabelecimentos comerciais, sendo que 76% destes são birosacas (75) e quiosques (45) (MASTERPLAN, 2013).

Na Praia da Luz, existem 12 quiosques construídos pela Prefeitura de São Gonçalo (Figura 16), cuja maioria dos proprietários mora na Ilha. Entre os quiosques, apenas 5 ou 7 funcionam ao longo da semana, e os demais operam mais nos dias de maior movimento – finais de semana e feriados. O número de clientes por semana pode chegar a 700 pessoas. A maioria desses clientes são moradores de São Gonçalo, atraídos pela beleza paisagística das praias, embora as mesmas sejam impróprias para banho devido ao grande volume lixo em suas areias trazido pelas marés (MASTERPLAN, 2013).



Figura 16: Estabelecimentos comerciais na Ilha de Itaoca. Fonte: SEDRAP, (2013).

4.1.3. Pesca Artesanal

A pesca é uma das principais atividades econômicas praticadas na região da Ilha de Itaoca, como mencionado pela AMAII – Associação dos Moradores e Amigos de Itaoca. É caracteristicamente artesanal, com embarcações de pequeno porte (de 5m a 12m) e com equipamentos de baixo nível tecnológico – algumas são movidas a remo, e outras a motor a diesel, praticada, normalmente, em dupla de pescadores, quase sempre pertencentes à mesma família.

Os pescadores da Ilha de Itaoca estão distribuídos por três praias da ilha: Luz, Beira e São Gabriel. Atualmente, estima-se em 600, o número de pescadores dessa comunidade, sendo aproximadamente 350 homens e 250 mulheres, que é o número de associados da COPALISG – Colônia de Pescadores e Aquicultores Livres de São Gonçalo, segundo informações do Sr. Juan Manuel Vara Flores, o Gringo, presidente dessa associação.

Além da COPALISG, há mais duas associações de pescadores na Ilha de Itaoca. São elas:

- i. Associação de Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz – APESCA SIRI LUZ;
- ii. Associação de Pescadores e Escarnadeiras de São Gabriel.

Não foi possível confirmar o número de associados dessas associações, visto que as duas estavam desativadas na época em que essa pesquisa foi realizada.

4.2. Classificação da Pesquisa

Este estudo, considerando seus objetivos e os procedimentos técnicos, classifica-se como uma pesquisa exploratória, uma vez que busca proporcionar maior entendimento da problemática apresentada de forma a torná-la mais explícita, a partir de dados levantados em bibliografias e/ou no ambiente pesquisado. Como a coleta e análise dos dados estão restritos à comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca, trata-se de estudo de caso (GIL, 2008).

A presente pesquisa é qualitativa, uma vez que busca, a partir da realidade do indivíduo e de seu entendimento acerca dessa realidade, entender os aspectos subjetivos na construção dos significados simbólicos dos territórios em que vivem e atuam (GOLDENBERG, 2004).

Buscando atender aos objetivos da pesquisa, foram cumpridas as seguintes etapas:

- a) Realização de pesquisas bibliográficas, a partir de publicações históricas, etnográficas, sociológicas, publicações científicas (dissertações e teses de doutorados), acerca do ambiente guanabano nos contextos históricos e atuais da comunidade de pescadores objeto do estudo;
- b) Foram feitas também visitas a campo e conversas informais com membros da comunidade, visando identificar as características dos componentes do universo pesquisado, bem como a diversidade de segmentos presentes nessa comunidade. Como tem foco sobre um único grupo de representação social, os pescadores, o estudo buscou analisar a interação destes com sua comunidade e com o meio ambiente;

- c) Posteriormente, as informações foram analisadas e elaborado um questionário (Anexo 1), que foi aplicado a um grupo de pescadores, para que pudesse ser captada, além de informações socioeconômicas, a percepção dos mesmos sobre as questões propostas pela pesquisa.
O questionário contemplou perguntas, abertas e fechadas, relacionadas à identificação do perfil social do entrevistado, bem como, às questões vivenciadas no seu dia a dia, tanto no que se referem às atividades laborais, como às suas interações com o meio ambiente e com outros agentes atuantes nos mesmos espaços de pesca e moradia. A formulação das perguntas levou em consideração os sistemas de referência do entrevistado, bem como o seu nível de informação;
- d) Além do questionário foram realizadas entrevistas com pescadores, utilizando-se, também nesse caso, perguntas abertas e fechadas, onde cada participante foi indagado sobre as mesmas perguntas;
- e) Foi empregado o método da observação direta das atividades do grupo estudado, registradas em meios adequados a cada situação, tais como: registros em cadernos de campo, gravações áudio visuais, fotografias e etc.

Os questionários foram aplicados a 28 pescadores, escolhidos de forma aleatória, conforme fossem se apresentando ao escritório da COPALISG em Itaoca. Inicialmente, pretendia-se realizar discussões em grupos focais e ainda aplicar um número bem maior de questionários, entretanto, devido ao fato de na comunidade existir sérios problemas de segurança, esse número de entrevistados não pode ser ampliado.

Como a pesquisa qualitativa objetiva uma compreensão dos fenômenos sociais, apoiada no pressuposto de que a maior relevância é o aspecto subjetivo da ação social, nesse caso, o número de pesquisados é fator menos importante, uma vez que, esta possibilita a compreensão do significado dos fenômenos estudados em seus contextos e não pela sua expressividade numérica. Dessa forma a quantidade é substituída pela intensidade da compreensão dos fenômenos sociais, obtida através da observação participante, por um longo período de tempo, pelas entrevistas e análises de diferentes fontes, tornando o efeito numérico da estatística, menos importante do que a possibilidade

de enxergar a questão, sob várias perspectivas a partir do aprofundamento da compreensão de um grupo social (GOLDENBERG, 2004).

As entrevistas e a observação pessoal foram feitas no período de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2017.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. Caracterização dos pescadores locais

Nesta etapa foram realizadas entrevistas com 28 pescadores artesanais, residentes na Ilha de Itaoca ou em bairros próximos, selecionados de forma aleatória, a partir do universo de inscritos na Colônia de Pescadores e Aquicultores Livres de São Gonçalo/ RJ, também conhecida como COPALISG, uma vez que as outras associações estão desativadas.

Dentre os indivíduos entrevistados, pelo menos 68% vivem na região em estudo desde nascidos ou a mais de 50 anos, tornando as informações mais confiáveis, por se tratar de pessoas que conhecem, por um tempo considerável, o ambiente da Ilha de Itaoca.

A faixa etária dos entrevistados se mostrou variada, conforme Tabela 1. Contudo, a maioria apresentou idade superior a 50 anos (64,3%), tendo a participação de apenas 3,6% de jovens com idade entre 18 e 25 anos.

Tabela 1: Faixa etária dos pescadores entrevistados da Ilha de Itaoca.

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Entre 18 e 25 anos	1	0	1
Entre 26 e 33 anos	1	0	1
Entre 34 e 41 anos	3	1	4
Entre 42 e 49 anos	2	2	4
Acima dos 50 anos	6	12	18
TOTAL	13 homens	15 mulheres	28 Entrevistados

Dos entrevistados, 25 possuem filhos com idade apta a iniciar na atividade pesqueira, porém 76% destes informaram que seus filhos não possuem interesse em dar continuidade com a tradição, o que nos faz crer que o ofício de pescador desperta pouco

interesse na nova geração, que prefere exercer outras atividades, tais como, mecânico, motorista ou na construção civil, tendo em vista as ofertas de emprego relacionadas com a construção do COMPERJ.

Diegues (1988) trata do assunto ao discutir a perda dos espaços de pesca em outras comunidades caiçaras. Segundo o autor, a partir de 1960, com a degradação ambiental e perda de territórios provocados pelo avanço urbano sobre as áreas tradicionais dos caiçaras, nas regiões de Iguape, Cananeia, Ubatuba e Paraty, em que a construção de estradas acessando essas áreas litorâneas dos estados de São Paulo e Sul do estado do Rio de Janeiro, mudou o ambiente social e cultural nas comunidades caiçaras dessas regiões, levou a que muitos pescadores passassem a exercer outras atividades, como operários na construção civil ou como caseiros nas casas de turistas, por se verem privados de garantir a sua sobrevivência, a partir de atividades pesqueiras.

Martins (2005), em sua pesquisa sobre as escarnadeiras da Ilha de Itaoca, conclui que mesmo as famílias tradicionais de pescadores dessa comunidade, preferem que os seus filhos não trabalhem nas atividades ligadas a pesca, pelas dificuldades que as mesmas têm em garantir, continuamente, o sustento de suas casas, devido à baixa produção da atividade da pesca em consequência da degradação ambiental dos ecossistemas na região.

Isso indica ser esta uma tendência nas comunidades caiçaras onde ocorrem: a degradação ambiental dos ecossistemas em seus territórios de pesca; a disputa de seus espaços tradicionais de vivência com a especulação imobiliária e pelo avanço da urbanização ou a própria perda de seus territórios.

Analisando a questão de gênero, verifica-se, partir os resultados obtidos nos questionários, a forte presença das mulheres nas atividades pesqueiras, uma vez que cerca de 54% dos entrevistados eram mulheres, em sua maioria (80%) com idade igual ou superior a 50 anos, enquanto que no universo masculino (46%), verificou-se que a maioria (46,1%) possui idade igual ou superior a 50 anos.

Ainda analisando o perfil socioeconômico dos entrevistados, foi possível observar que o número de solteiros quase se iguala ao número de casados, conforme Tabela 2. Sobre o nível de escolaridade, 78% dos entrevistados possuem Ensino Fundamental incompleto e apenas 3,6% chegaram a completar o Ensino Médio, mostrando que o nível de escolaridade entre os pescadores entrevistados da Ilha de Itaoca é baixo. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de 86% dos entrevistados sempre terem exercido a profissão de

pescador, em que o conhecimento para a utilização dos petrechos de pesca, do meio ambiente em que está inserido, no qual a interpretação dos movimentos das marés, dos tipos de fundo e das condições térmicas a água, relacionando-os com cada tipo de pesqueiro, no que se refere à presença do tipo de peixe que se quer pescar, não exige como pré-requisito a escolaridade, uma vez que se trata, segundo Diegues (1988), de uma apropriação cultural, transmitida de uma geração para a outra.

Tabela 2: Perfil Socioeconômico dos entrevistados frequentadores da Ilha de Itaoca.

Perfil		Entrevistados
Estado Civil	Solteiro	32,1%
	Casado	35,7%
	Divorciado	10,7%
	Viúvo	7,1%
	Outro	14,4%
Escolaridade	1ª a 5ª série	78,5%
	6ª a 8ª série	14,3%
	Ensino Médio Incompleto	-
	Ensino Médio Completo	3,6%
	Escreve apenas o nome	-
	Não frequentou a escola	3,6%

De forma geral, as comunidades caiçaras e de pescadores tradicionais se caracterizam pela baixa escolaridade de seus membros, muitas vezes em consequência do isolamento territorial em que estas comunidades estão estabelecidas, caso das comunidades caiçaras que vivem na Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) em Paraty, RJ, que segundo Carvalho (2010), devido ao isolamento há uma grande dificuldade em se ter estudo além do ensino fundamental do primeiro ciclo (1ª a 4ª séries). Outro fator atribuído à baixa escolaridade é a baixa renda das famílias, uma vez que sendo a pesca artesanal de baixa escala de produção não consegue ir além da economia de subsistência, o que na prática, obriga a que todos os seus membros comecem a se envolver com as atividades da pesca desde cedo, conforme estudos de Chaves (2011); Martins (2005) e Knox & Trigueiro (2014).

Dentre os entrevistados, 18 estão na ativa há mais de 20 anos, porém pelo menos 32,1% destes já pensaram em abandonar as atividades pesqueiras por não conseguir

produção durante todos os dias do ano para garantir o “ganha pão” cotidiano. Por isso, 25% dos entrevistados dizem exercer atividades informais no mercado de trabalho para complementar a renda, conforme depoimentos.

“Já pensei em largar a atividade, mas não tenho mais idade de aprender outra profissão” (Pescador A)

“Só não deixo a atividade porque tenho muita dificuldade de aprender outra profissão. [...] a atividade de escarnadeira você faz em casa. Para exercer outra atividade você tem que sair da ilha por que aqui ninguém contrata doméstica e se for serviço sem qualificação não compensa.” (Pescadora A)

“Quando aparece algum serviço de limpeza de terreno, fazer cerca, de ajudante de pedreiro ou quando alguém vai bater uma laje, eu deixo a pesca. O dinheiro é pouco. Dá só para safar uma emergência mas é garantido”
(Pescador B).

Além de tais observações, os pescadores também encontram dificuldades para obter assistência da parte das associações locais, contando com o apoio apenas da COPALISG.

Uma saída para a garantia do ganho de modo mais regular, continuamente, seria se unirem a um sistema cooperativado com o objetivo de estabelecer atividades econômicas mais sustentáveis, como a Malacocultura (produção de ostras e mexilhões), a exemplo de associações comunitárias para gestão compartilhadas de recursos pesqueiros, como: Manejo Pesqueiro do Canto do Mangue (RN); Manejo Pesqueiro no Baixo São Francisco Alagoano (AL) e Manejo Pesqueiro da Lagoa de Saquarema (RJ), mencionadas no estudo de Kalikoski e Seixas (2009) sobre esse tema. Mas, não é o que ocorre entre os pescadores de Itaoca.

A partir dos resultados obtidos, ainda foi possível chegar às principais ocupações exercidas pelos entrevistados. Tanto as mulheres, quanto os homens mostraram se ocupar de diferentes atividades ao mesmo tempo, tais como pesca, coleta de crustáceos, escarnar siris e caranguejos e outras, como fabrico de petrechos e manutenção dos barcos de pesca (Tabela 3). Porém, a maioria das mulheres têm como ocupação principal a atividade de “escarnadeiras” e os homens as demais atividades da pesca.

Tabela 3: Principais ocupações dos pescadores entrevistados da Ilha de Itaoca.

Principais Ocupações	Homem	Mulher
Pescador	11	2
Escarnadeira	0	8
Coletor de caranguejo, siri e outros	5	7
Outra Atividade	4	0

Nota: Foi verificado que alguns dos entrevistados possuem mais de uma ocupação.

Quanto às atividades pesqueiras, os entrevistados informaram respeitar o período de Defeso de cada espécie, embora tenham informado que praticam a pesca durante o ano todo. Isso é possível porque, segundo o Sr. Juan, Presidente da COPALISG, as espécies têm períodos de defesos diferentes, permitindo a continuidade da atividade com aquelas que não estão no defeso no dia da pesca.

De acordo com os pescadores, os peixes coletados com maior frequência são a Corvina, a Tainha e a Sardinha, além dos crustáceos: Siri, Caranguejo e Camarão. Em sua maioria são armazenados durante a pesca nos próprios barcos, sem a utilização de gelo. De acordo com o informado nos questionários, cada pescador obtém em média 20 kg de peixe por dia e estes são comercializados, logo após a pesca, na Associação de Pescadores Livres do Gradim e Adjacências – APELGA, em São Gonçalo.

De forma geral, os entrevistados apontaram possuir o hábito de pescar em dupla e nos turnos da tarde e noite. A frequência das atividades pesqueiras variou, conforme Figura 17, porém 50% dos entrevistados possuem rotina de trabalho de 5 a 6 dias na semana.

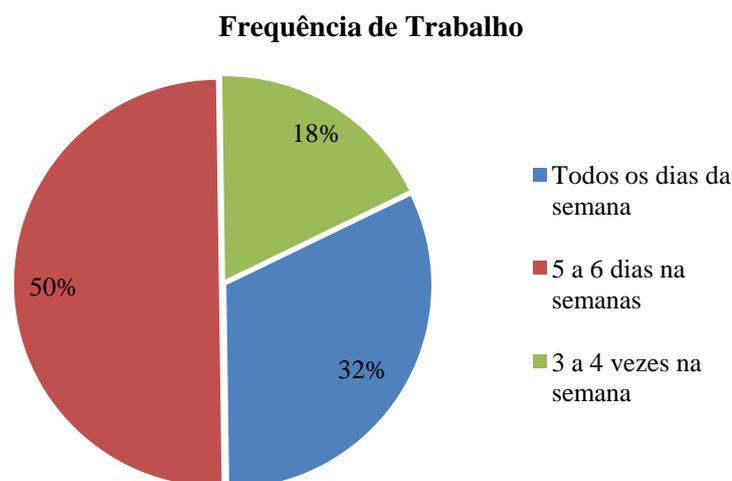


Figura 17: Frequência de trabalho dos entrevistados frequentadores da Ilha de Itaoca.

Quando indagados sobre o que fazem nos momentos em que não estão exercendo a atividade da pesca, 50 % responderam que trabalham em casa, 28,6% responderam que trabalham em outras atividades nas horas livres, e os outros 21,4% que aproveitam o tempo livre para cuidar dos filhos e terem momentos de lazer.

5.2. Identificação da percepção dos pescadores

5.2.1. Quanto às externalidades negativas geradas pelo avanço urbano/industrial sobre seus espaços tradicionais de pesca e moradia

Os recentes movimentos de desenvolvimento econômico na região, com a decisão do Governo Federal de instalar um polo petroquímico em Itaboraí, o COMPERJ, acirrou a ocupação urbano industrial ao longo da rodovia Niterói-Manilha, principalmente em Guaxindiba, região Oeste de São Gonçalo. Dentro desse contexto de expansão, a Ilha de Itaoca tornou-se uma das mais visadas, tanto pela baixa ocupação populacional, como pelo baixo preço das terras. Segundo informações do Senhor Juan, Presidente da COPALISG, há muitas empresas interessadas em se instalar na Ilha de Itaoca e que a retomada das obras do COMPERJ é motivo de preocupação dos moradores da ilha, que não tendo pleno conhecimento dos interesses políticos e empresariais em relação à destinação desse espaço, veem com incerteza, a permanência da comunidade de pescadores na ilha.

A partir da análise das respostas ao questionário aplicado e das entrevistas realizadas, verifica-se que os pescadores das comunidades de Itaoca, relacionam o avanço urbano/industrial sobre os espaços de moradia e pesca, a três fatores:

a) À ocupação dos espaços de pesca pelas atividades relacionadas à Petrobrás, principalmente no que se refere à presença de instalações industriais dentro da Baía e os constantes movimentos de embarcações ligadas ao petróleo;

b) À presença de instalações do COMPERJ dentro de um de seus espaços tradicionais de moradia e de pesca, que é a Praia da Beira;

c) Ao projeto de instalação de um condomínio industrial, a Cidade da Pesca, na Praia de Beira.

É importante notar que a percepção desses três fatores está bastante relacionada à questão de perda de posse de territórios, tanto de moradia, quanto de pesca, sendo considerada como impactantes à sobrevivência da atividade pesqueira e da vida da comunidade.

Para os pescadores, no que se refere ao gerador de interferências na pesca no mar, as atividades ligadas à Petrobrás são as maiores responsáveis pela redução do espaço da pesca na Baía de Guanabara, conforme se verificou nos depoimentos a seguir:

“Do jeito que coisa está indo, com essa quantidade de tecnologia que estão colocando na Baía de Guanabara, dentro em breve nós pescadores não teremos aonde pescar. É muito rebocador, muitos navios e muitos dutos lançados em nosso espaço de pesca.” (Pescador J)

“Não procuro outra atividade porque já estou velho e gosto muito da minha profissão. Mas estão acabando com nosso espaço de pesca. Não bastassem os dutos, essa quantidade de embarcação se movimentando torna a atividade quase impraticável. Você sai para pescar e volta com meia dúzia de peixes que dá só para o consumo.” (Pescador C)

“Antigamente, na época da sardinha, vinha barcos até de outras regiões para pescar nessas águas. Agora, além do lixo e esse monte de navios estacionados aqui no fundo da baía, como é que você pesca? Aquela região, próxima às ilhas Redonda e Comprida, era área de pesca. Hoje, você mal consegue chegar perto. Com sorte a gente consegue matar algum peixe em quantidade que dê para pagar as despesas.” (Pescador K)

No que se refere às instalações do COMPERJ na Ilha de Itaoca, os entrevistados consideraram que a pesca nessa região da baía foi impactada pelas obras de construção do cais, principalmente a pesca do camarão e do siri, como é possível observar nos depoimentos a seguir:

“Minha pesca é de curral. Mas na época do camarão a gente vai para essa pesca porque é mais valorizada. Depois da construção desse cais aqui na ilha, o camarão sumiu. Eles mexeram muito com o fundo da baía para fazer esse canal. E colocaram o cais bem na direção do arraste da rede. Se você desvia, a rede se enrosca nas poitas que eles deixaram por lá.” (Pescador L)

“A dragagem do canal reduziu muito a pesca do camarão e, ainda por cima, as áreas do canal estão cheias de enroscos que danificam as redes.” (Pescador E)

“A gente pesca de tudo, porque se não der de um jeito a gente recorre a outro, mas minha pesca é de caranguejo e siri. [...] as obras do cais mexeram muito com a pesca do camarão e do siri. Durante a dragagem o camarão e o siri sumiram, e até agora não está como era antes.” (Pescador B)

Quanto ao significado do COMPERJ para a comunidade, alguns pescadores entrevistados disseram que esse empreendimento não tem significado algum, uma vez que durante as obras na ilha, muitos tentaram trabalhar nelas, mas não foram aceitos. Porém, outros consideram que o empreendimento significa oportunidade de emprego, principalmente para os jovens da comunidade, conforme os depoimentos a seguir:

“Acho que o COMPERJ vai gerar muitas oportunidades de emprego, pois muitas empresas vêm se instalando ao longo da rodovia, principalmente em Guaxindiba. Quem quiser vai conseguir emprego.” (Pescador D)

“Seu Francisco eu já falei com a minha turma, estudem, façam algum curso e busquem outra alternativa de ganhar a vida. Veja o Gabriel, é casado e tem um filho. Como é que vai garantir a família dele com a pesca desse jeito? É muito bacana dizer que gosta de ser pescador porque é dono de seu próprio negócio, não tem patrão, mas do que adianta isso se o ganho é muito incerto e não dá para garantir a casa. [...] para mim o COMPERJ é uma oportunidade. As obras estão meio paralisadas, mas elas vão retornar, basta ver o movimento de instalação de empresas ao longo da rodovia.” (Pescador J)

“Na minha opinião, a comunidade não considera que o COMPERJ traga muitos benefícios de emprego para os moradores de Itaoca pois foram poucos os que conseguiram emprego lá.” (Pescador C)

“Muitos acham que o COMPERJ já trouxe melhorias, pois melhorou a estrada de acesso que antes era muito ruim e que vai gerar muitos empregos.” (Pescadora D)

“Na comunidade, para as pessoas que têm parentes precisando de trabalho, é uma coisa boa, pois vai dar muitos empregos” (Pescador D)

Quanto ao significado da “Cidade da Pesca” para os moradores da Ilha de Itaoca, as respostas dos entrevistados geralmente apontavam para incertezas quanto às oportunidades de empregos e melhorias para os moradores da Ilha.

Para os pescadores instalados na Praia da Beira, Cidade da Pesca significa perda de seus espaços de moradia e de pesca naquela praia.

“Querem transformar a Praia da Beira naquela porcaria que era a Praça XV, no Rio de Janeiro, quando lá funcionava o Terminal de Descarga da Pesca do Rio de Janeiro. O mar cheio de sujeira, peixe morto, restos de iscas, manchas de óleo na água. É isso que aquela praia vai se transformar.” (Pescador D)

“Quando nos reuniram lá no CIEP, falaram que a Cidade da Pesca vai melhorar a vida dos pescadores de Itaoca. Melhorar em quê? Se a primeira coisa que eles querem fazer é nos tirar do nosso espaço de moradia e pesca. A melhoria que nós queremos é limpeza dos mangues e da nossa baía que vive cheia de lixo. A melhoria que nos queremos é que se estabeleça limite para essa ocupação do nosso espaço de pesca. Chegaram aqui, marcaram nossas casas e quer nos dar uma mixaria pelas nossas casas e instalações e nos retirar daqui. [...] porque uma vez instalados aqui, não vamos mais conseguir pescar nessa área devido ao grande movimento de embarcações da pesca industrial. Vamos perder nosso espaço.” (Pescador J)

“Quem fala que esse projeto, Cidade da Pesca vai beneficiar os pescadores de Itaoca, não sabe nada da vida da comunidade de pescadores daqui. O pescador artesanal precisa que seu espaço de moradia esteja próximo de seu espaço de pesca. A atividade exige isso. O pescador artesanal, ao contrario do pescador embarcado que passa dias no mar durante a jornada de pesca do barco, sai diariamente para fazer a pesca, normalmente de madrugada e volta ao amanhecer. Na parte da manha ele descansa, na parte da tarde, ele prepara os

petrechos e faz os concertos necessários nas redes. No início da noite sai para os pesqueiros para colocar os espinheis e armadilhas e volta para casa e descansa até de madrugada, quando sai para concluir a pescaria. Como é que ele vai fazer essa jornada de pesca morando longe do mar, da sua praia? Então a conversa desses políticos e gente com interesses nesse projeto é pura enganação.” (JUAN, PRESIDENTE DA COPALISG)

A ocupação urbana nas regiões vizinhas à Ilha de Itioca não é considerada pelos pescadores como um fator de impacto sobre a pesca, mesmo com a presença de ocupações em espaços da ilha por favelas. Talvez isto se deva ao fato de haver ainda na ilha muita disponibilidade de espaço.

Também é importante notar que apesar de haver o risco de retirada de toda uma comunidade de seu espaço tradicional, verifica-se não haver nenhum movimento de articulação entre os membros das comunidades e nem entre as comunidades com as entidades de representação dos pescadores, de forma a gerar uma articulação política que torne mais inclusiva a presença dos pescadores nas questões referentes às suas vidas e de suas comunidades.

5.2.2. Quanto à degradação do meio ambiente natural de Itioca

Foi possível notar que a percepção dos pescadores sobre as condições do meio ambiente natural da Ilha de Itioca e Baía de Guanabara está relacionada às questões do uso que fazem desses espaços, principalmente no que se relaciona ao desenvolvimento de suas atividades profissionais e dos resultados de produção obtidos.

De forma geral os entrevistados conseguiram expressar o seu entendimento sobre “meio ambiente” e “poluição”, relacionando-os com as atitudes humanas necessárias à sua preservação, ou que contribuem para a sua degradação, como é possível verificar nos depoimentos a seguir:

“É o local que se vive junto com os demais seres vivos e que deve ser mantido sem poluição. [...] poluição é tudo que estraga o meio ambiente, como o lixo espalhado sobre todos os lugares da ilha.” (Pescadora B)

“Para mim poluição é tudo que afeta ao ambiente dos seres vivos. Por exemplo, aqui na ilha há uma grande quantidade de porcos criados soltos, sem controle e

que estragam as plantações da gente e sujam todos os lugares, isso para mim é poluição.” (Pescador B)

Em geral, segundo as respostas dos entrevistados, o conceito de “meio ambiente” está relacionado ao espaço onde está inserida a vida humana e de outros seres vivos. Para os pescadores entrevistados o meio ambiente foi definido como:

“Meio ambiente são as baías, os manguezais, as florestas, os locais dos seres vivos.” (Pescador E)

“Meio ambiente é tudo que nos cerca e faz parte da vida.” (Pescadora C)

“Meio ambiente é ter boas condições para a vida das pessoas. É ter praias limpas; manguezais limpos.” (Pescadora D)

É importante notar que para os entrevistados, a percepção da poluição está quase sempre relacionada ao domínio do visível, apreendido pelos volumes, cores, movimentos que, ao alterarem a paisagem, transmitem significados diferentes ao espaço observado, produzindo interpretações diferentes para o mesmo fenômeno. É assim que para 82% dos entrevistados a poluição do meio ambiente de Itaoca está relacionada, com a presença de resíduos sólidos nos ambientes de pesca, principalmente mangues e praias, enquanto que para os 18% restantes, a poluição está relacionada não só a presença de resíduos sólidos, mas também, a presença de esgotos e chorume, observados pela coloração da água dos corpos hídricos que deságuam na região, bem como pelo forte odor presente na atmosfera dos espaços de pesca.

“Os mangues dessa região toda estão muito cheios de lixo. São muitas garrafas pet e sacos plásticos. [...] Depois que eles bloquearam as saídas dos rios daqui da região, a situação dos manguezais piorou. Como eles não retiram os materiais flutuantes das barreiras colocadas nas descargas de rios, quando a maré enche, esses materiais são levados pelas águas para cima dos mangues.” (Pescador B)

“[...] tem dia que a gente lança a rede para pescar e vem cheia de lixo. Então primeiro a gente tira o lixo, devolvendo-o para a baía. Só depois é que recolhemos o pescado.” (Pescador F)

“O mangue está podre. Tem dias que o fedor de esgoto está muito forte. Além disso, é grande a quantidade de lixo que é arrastado para cima dos mangues. Não sei como ainda é possível encontrar caranguejos por lá.” (Pescador G)

Sobre a importância da Baía de Guanabara para as comunidades de pescadores de Itaoca, as respostas dos entrevistados, mais uma vez, estão relacionadas à questão de utilização desse espaço como territórios de pesca, em que o uso por outros agentes é percebido como invasão desses territórios e ameaça à sobrevivência das comunidades.

Na pesquisa e entrevistas houve unanimidade nas respostas dos entrevistados quanto à importância e ao significado dos espaços de pesca para os pescadores da Ilha de Itaoca, conforme se verificou nos depoimentos a seguir:

“[...] sou pescador de mangue e de mar. Antigamente gostava mais de pegar caranguejos nos mangues. Dava gosto. Os mangues não eram essa imundície de hoje. Num dia bom, a gente pegava dois sacos grandes, aqueles de batatas, de caranguejos. Hoje, você caminha horas dentro desse mangue podre para pegar alguns poucos caranguejos. [...] atualmente pesco mais na baía. [...] no mar também temos muitos problemas. Se é pesca de rede, você puxa peixe e lixo e torce para que a rede não fique presa em algum enroscado do fundo. [...] tanto o mangue quanto a baía são importantes para nós pescadores. É a garantia de nosso sustento.” (Pescador M)

“Sem a baía não haveria pesca. Ela é importante porque todos os pescadores da ilha dependem dela para o sustento da família.” (Pescadora C)

“Para a comunidade a baía é importante, pois muitas famílias dependem da pesca para o sustento. [...] para mim os mangues são importantes por serem áreas reprodutivas. [...] as águas estão muito sujas e poluídas. Tem muito lixo.” (Pescador D)

“Para quem vive da pesca, a Baía de Guanabara é muito importante, embora as condições estejam muito ruins, com muito lixo e muitos obstáculos. [...] os mangues são importantes porque sem eles não há caranguejos, os peixes não se procriam.” (Pescador J)

Logo, verifica-se, pelas respostas dos entrevistados, que a importância atribuída à Baía de Guanabara e aos manguezais está relacionada à percepção que fazem desses ecossistemas como suporte à principal atividade econômica dos pescadores e oportunidade

de trabalhos para as famílias de Itaoca. Quando perguntados se os níveis de poluição observados na região afetam a saúde dos moradores das comunidades, houve unanimidade, com respostas positivas, como se observa nos relatos a seguir:

“Tem causado muitas doenças de pele. Em Itaoca já surgiu casos de lepra em moradores que trabalham nos mangues.” (Pescadora F)

“A poluição tem provocado muitas doenças de pele. Há muita gente com manchas no corpo e os pés com micoses.” (Pescadora G)

“Aqui muito mosquitos e muita moscas. Não sei se tem relação, mas ocorrem muitos casos de vômitos e diarreia, principalmente nas crianças. [...] Tem muitos casos de doenças de pele.” (Pescadora D)

Segundo Rosa e Mattos (2010), que realizaram estudos sobre doenças ocupacionais acometidas nos pescadores e catadores de caranguejos da APA Guapimirim, realmente o constante contato com agentes patológicos num ambiente sem saneamento, que é o caso do ambiente dos manguezais da Baía de Guanabara, favorece o acometimento de doenças infectocontagiosas, como hepatites, leptospirose, pneumonia e tuberculose. Entretanto, para os pesquisadores acima mencionados, a maior causa de doenças dermatológicas nos pescadores, principalmente naqueles que praticam atividades nos manguezais, estaria associada às contaminações pelo uso constante de óleo queimado como forma de proteção dos mosquitos e outros insetos, e à exposição solar desprotegida.

Fato interessante no presente estudo dos pescadores da Ilha de Itaoca está relacionado à questão da responsabilidade pelos danos ambientais ao meio ambiente. Para os entrevistados o Governo é o principal responsável (46%), seguido pelo Indivíduo (ato individual) (29%) e pela Sociedade (ato em conjunto) (25%), não havendo nesse momento uma percepção quanto à conexão direta das indústrias com os danos ambientais.

Quando perguntado aos entrevistados se eles causavam danos ao meio ambiente, a grande maioria (82%) respondeu que não. Enquanto que uma pequena parcela (18%) assumiu que algumas vezes causa danos ao meio ambiente. Entretanto, em seguida, ao serem indagados quanto à relação do pescador com o meio ambiente, estes (61% dos entrevistados) se contradisseram ao responderem que a grande maioria dos pescadores, na opinião deles, não possui uma relação de cuidado, conflitando com as repostas da pergunta anterior, como se verifica nos depoimentos a seguir:

“A grande maioria só reclama mas não cuida de nada.” (Pescadora D)

“A relação é de descuido. Muitos jogam lixo em qualquer lugar.” (Pescadora H)

“Esses caras não cuidam de nada. Quando chegam da pesca, deixam tudo quanto é lixo aí na praia.” (Pescador H)

“Tem muita gente desrespeitando o defeso. Depois ficam reclamando que a sardinha tá sumida, que o camarão sumiu. Se não dermos descanso pra natureza, um dia tudo se acaba.” (Pescador D)

No que se refere à relação do impacto da poluição sobre a produção pesqueira, 100% dos entrevistados afirmaram que a produção de pescados está diminuindo devido às condições das águas da baía, muito poluídas e das condições de degradação dos manguezais causadas pelos aterros clandestinos e resíduos sólidos carreados pelos rios e pelas marés. No entanto, quando perguntados sobre os fatores que impactam negativamente sobre a pesca, verificou-se, não haver unanimidade quanto a estes, uma vez que o questionário permitiu mais de uma resposta para essa pergunta (Tabela 4). A apresentação de outros elementos, como causadores de fatores negativos sobre a pesca, denota que os pescadores têm a percepção de que a queda da produção pesqueira não está somente relacionada à poluição, mas também à presença de outros agentes, que ao atuarem na Baía de Guanabara, geram interferências, nos espaços territorializados da pesca, interferindo na produção da atividade.

Tabela 4: Fatores que impactam negativamente na pesca de acordo com as respostas dos entrevistados.

Fator de impacto	Número de Respostas	% de respostas
Poluição das águas por esgotos	9	13,2
Poluição das águas por lixo	19	27,9
Movimentação de embarcações da Petrobrás	12	17,6
Dutos da Petrobrás	7	10,3
Dutos da CEDAE (água e esgotos de Paquetá)	5	7,4
Atividades da Petrobras	11	16,2
Aterros dos manguezais	5	7,4
Total de respostas	68	100,0

Da análise das respostas dos entrevistados sobre os fatores negativos na produção pesqueira, foram obtidos os seguintes resultados:

- 100% dos entrevistados apontaram a poluição das águas e dos mangues como responsáveis pela queda da produção da pesca na Baía de Guanabara. Desses 18% consideram o esgoto como o maior fator de poluição, enquanto que o lixo é considerado, por 82% dos entrevistados, como o maior causador da poluição das águas e dos mangues;
- 30% das respostas consideram que as atividades ligadas ao petróleo como um dos fatores responsáveis pela redução da pesca na Baía de Guanabara.

O aterro de manguezais é apontado por 7,4% das respostas, como um dos causadores da redução da produção de caranguejos nesse ecossistema, que é um percentual relativamente baixo, considerando a participação do número de coletores de caranguejos no universo dos entrevistados, que é de 42,9%. Entretanto, ao se analisar o contexto da degradação dos manguezais de Itaoca, a poluição por lixo é muito mais perceptível do que a questão do aterro, pois dada a extensão da área de manguezal, estas ações tem, até o momento, gerado impactos pontuais, daí o percentual de respostas, relativo aos impactos provocados por aterros dos manguezais, se mostrar coerente, dentro do contexto da percepção ambiental.

5.3. Interesses, conflitos e problemas vivenciados pelos pescadores da Ilha de Itaoca

Nas entrevistas foram identificados vários conflitos nessa comunidade, com agentes externos, a exemplo da Petrobras, COMPERJ, APA de Guapimirim e internos, as Associações de Pescadores e o tráfico de drogas.

Conforme já informado anteriormente, os pescadores da comunidade pesqueira da Ilha de Itaoca estão distribuídos principalmente nas Praias da Luz, da Beira e de São Gabriel, formando grupamentos comunitários praticamente estanques, com lideranças e associações de representação distintas em cada uma dessas praias.

Embora pesquem nas mesmas áreas da Baía de Guanabara e pratiquem a coleta de caranguejos e ostras nos mesmos manguezais, identificam-se divergências de objetivos e de tratamento na condução de soluções dos problemas pelas associações de pescadores de cada praia, não havendo interação entre elas, o que termina por diminuir o poder de representação dessas associações junto aos agentes externos, incluindo o poder público.

Como cada uma dessas associações apresenta características próprias, tanto nos aspectos físicos como organizacional, termina por haver diferenciações nas percepções dos conflitos que cada comunidade tem, bem como dos seus interesses e problemas. Dessa forma cada comunidade foi analisada separadamente.

5.3.1. Comunidade da Praia da Luz

A comunidade da Praia da Luz, por estar assentada na área próxima à sede da antiga Fazenda da Luz, apresenta um atrativo histórico, que é a capela erguida em 1647 em homenagem a Nossa Senhora da Luz, Padroeira da Ilha e que dá nome àquela praia. Esse marco histórico é o que, de certa forma, desperta o interesse de visitantes ao local.

Em 2000, devido ao acidente ambiental provocado pelo vazamento de petróleo de uma de suas redes de dutos na Baía de Guanabara, a Petrobrás patrocinou, via prefeitura de São Gonçalo, a título de compensação aos danos ambientais na Ilha de Itaoca, a urbanização dessa região da praia, aparelhando-a com uma infraestrutura de quiosques com vistas a dinamizar o turismo na região, conforme Figura 18. Houve também incentivo e aporte de capital para a criação de uma associação de pescadores nessa comunidade e

instalação de um projeto de apicultura, de forma cooperativada, voltada a criar, de forma sustentável, uma complementação de renda aos pescadores da região.



Figura 18: Complexo turístico da Praia da Luz. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

Segundo um dos pescadores, enquanto houve o patrocínio da Petrobrás essa iniciativa prosperou, pois a urbanização do local com iluminação pública, a limpeza das praias e a presença de policiais, criavam um clima que favorecia a presença de visitantes. Depois, com o encerramento do suporte financeiro da Petrobrás em 2001, a falta de segurança é a maior causa do afastamento de turistas da Praia da Luz.

“Quando a Prefeitura, urbanizou e inaugurou essa estrutura de quiosques junto à Capela da Luz, para incentivar o turismo, houve também a instalação do Posto Policial no bairro central, que é a região de comércio da Ilha. Com a divulgação feita pela Secretaria de Turismo do município e a presença da polícia, parecia que o turismo aqui ia dar certo, pois nos finais de semana era grande a presença de pessoas de fora aqui.

[...] Uma coisa que chamava atenção dos visitantes era a limpeza das praias. As praias e os mangues eram limpos pelos próprios pescadores, que eram pagos pela Petrobrás. A Prefeitura recolhia diariamente o lixo. Quando a Petrobrás deu por encerrado o seu compromisso, não houve a continuação do pagamento aos pescadores empregados na limpeza das praias. Mesmo assim alguns pescadores continuaram no trabalho dessa limpeza, mas como o lixo não era retirado, terminava por se espalhar de novo. E assim as praias voltaram a ficar como estão hoje, cheias de lixo. Isso já começou a afastar os visitantes. Mas o que

determinou a fim do turismo aqui, foi a falta de segurança. [...] Ninguém quer ficar com sua família num lugar em que é constante a presença de gente armada, desde a entrada da ilha até nas áreas dos quiosques.

[...] Ninguém me falou sobre isso, mas para mim esse pessoal começou a vir para cá depois que foram expulsos de suas áreas no Rio de Janeiro.

[...] Essa região sempre teve gente ligada ao tráfico, mas era fora da ilha, lá pro lado do Salgueiro, bairro que fica fora da ilha. Esse pessoal que está aqui é diferente não é da região. O problema é que depois que a policia saiu daqui, aumentou e muito a presença desse pessoal. Eles estão controlando toda a ilha.”

(Pescador M)

Uma moradora antiga da praia da Luz, pescadora e uma das pessoas contempladas com um dos quiosques construídos pela Prefeitura relatou:

“Quando recebemos os quiosques, tínhamos muita esperança que o projeto do turismo desse certo. Vinha muita gente da cidade, do Gradim e até de Paquetá. Tínhamos muito trabalho, mas valia apenas, pois dava para tirar uma boa renda. O ambiente era tranquilo, de muita família. O negócio começou a decair quando as praias deixaram de ser limpas. É muito lixo que encosta nas praias, trazido pelas marés. Se não há limpeza o banho fica praticamente impraticável.

[...] Outra situação que piorou, foi a segurança. Com a desativação do Posto de Policiamento o pessoal do tráfico tomou conta do local, principalmente nessa região da ilha. Tem vez, que nem vale apenas abrir o quiosque, pois mesmo nos finais de semanas, já não vêm quase ninguém.” (Pescadora D)

No que se refere à pesca nas águas da baía, os pescadores associam a construção dos cais do COMPERJ como causador de muitos problemas, como se verifica no depoimento a seguir:

“Durante a dragagem do canal, a pesca foi fraca nessa região devido à movimentação das embarcações e o barulho dos motores das dragas. Devido a isso tínhamos que nos afastar das nossas áreas de pesca. [...] vez por outra as redes enroscavam nas poitas das boias e quase sempre eram rasgadas. Durante a construção a empresa indenizava as redes rasgadas. Mas quando terminaram a obra, largaram essas poitas dentro da água dificultando a pesca na região do canal e quando rasgadas as redes, não temos a quem recorrer para receber pelos danos causados.” (Pescador C)

Na região da Praia de Luz, foi implantada uma cooperativa de apicultura, conforme Figura 19, com recursos disponibilizados pela Petrobrás, cuja proposta social era a criação de renda para os pescadores da Ilha de Itaoca, que aderissem ao programa. Apesar do projeto ter boas instalações, e ter efetuado programa de treinamento por especialistas da área, para o ingresso de 150 cooperativados, não logrou dar os resultados pretendidos, por não ter conseguido, devido à problemas de gestão, a implantação do número de colmeias de abelhas nativas necessárias para garantir a sustentabilidade do projeto (cerca de 250 colmeias). Essas colmeias seriam distribuídas nas residências dos cooperativados que seriam os responsáveis pela produção e replicação das mesmas.



Figura 19: Sede da Cooperativa de Apicultores de Itaoca. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

Não tendo conseguido implantar o número de colmeias necessárias para dar continuidade ao programa, a cooperativa recorreu à compra do mel de outros projetos, não agregando a totalidade dos indivíduos que havia aderido ao projeto. Essa situação gerou um clima de desconfiança e conflitos das comunidades com os gestores, resultando no afastamento dos pescadores do projeto.

5.3.2. Comunidade da Praia da Beira

Na praia de Beira (Figura 20), embora muitos de seus pescadores tenham sido agraciados com indenizações pagas pela Petrobrás devido ao derramamento de petróleo no ano 2000, essa comunidade não recebeu nenhuma melhoria no seu espaço físico como compensação dos danos ambientais. A praia carece de mínima urbanização, como arruamento e iluminação pública e apresenta várias ocupações irregulares, percebendo-se numa de suas áreas o surgimento de uma favela.



Figura 20: Praia da Beira. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

Nas entrevistas e reuniões efetuadas nessa comunidade, o líder e outros pescadores entrevistados relacionam as atividades petrolíferas na Baía de Guanabara com os problemas de perda de produção nas pescarias da região. Dentre os problemas apontados destacam:

- Perda de espaços tradicionais de pesca para as instalações industriais e dutos nas ilhas e águas da baía;
- Grande movimentação de navios e rebocadores ligados à Petrobrás e aumento das áreas de praticagem dessas embarcações;
- A construção do cais do COMPERJ na praia da comunidade (Figura 21).



Figura 21: Píer construído na Ilha de Itaoca. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

De fato, o espaço da Baía de Guanabara, nos últimos dez anos, tem passado por uma reconfiguração de uso, estimulado pelo *boom* petrolífero que marcou a economia do país na década de 2000. As descobertas do petróleo do Pré-sal, estimularam a implantação de vários empreendimentos industriais, dentre os quais, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ que, no momento, está com as obras praticamente paralisadas (DIAS, et al, 2013).

Ao COMPERJ (Figura 22) se conecta outros empreendimentos que foram construídos na Baía de Guanabara, relacionados ao Plano de Antecipação da Produção de Gás que inclui: a ampliação da Refinaria de Duque de Caxias – REDUQ; a construção da linha de dutos Cabiuna - Reduque; implantação de dutos e instalações de apoio nos Terminais da Ilha Comprida e da Ilha Redonda e novo Terminal de Gás Natural na Baía de Guanabara (FAUSTINO e FURTADO, 2013).



Figura 22: Instalações que compõe o COMPERJ. Fonte: Faustino e Furtado, (2013, p. 45).

Segundo os pescadores, todas as áreas nas proximidades desses empreendimentos, mesmo as redes de dutos lançadas no fundo da baía trouxeram restrições à pesca.

“Quando o barco se aproxima desses locais com instalações da Petrobrás, você já recebe o alerta da segurança do local. Se insistir eles vem até o local e rasgam a rede. Isso quando não dão tiro de alerta na água.” (Pescador B)

Com relação à ocupação da Baía de Guanabara pelas construções da Petrobras, um dos pescadores expressou o seguinte contexto em referência à pesca artesanal nessa região em que os pescadores dessa comunidade praticam a atividade.

“Quando vim para cá, no início dos anos 80, o maior problema da pesca era a falta de condições para vender o peixe, pois não tinha um local para vender a produção, então ficávamos nas mãos dos atravessadores. Outro problema era a grande quantidade de lixo nas águas da baía. Hoje, continuamos com os mesmos

problemas só que agora agravados por outros. A redução dos nossos espaços de pesca pelas embarcações e instalações da Petrobrás é mais um desses problemas.

[...] outro grande problema para a nossa pesca, foi a construção desse cais do COMPERJ aqui na nossa praia.

Durante o período da construção para pescar nós tínhamos que ir longe daqui, pois a movimentação de embarcações era muito grande, o que além de afastar os cardumes, não dava para lançar as redes para pescar.

[...] durante o período da construção eles indenizaram àqueles que conseguiram se cadastrar como pescadores daqui da ilha.

[...] depois da obra de dragagem, o peixe, o camarão e o siri sumiram daqui. Este ano é que começou a aparecer alguma coisa para se pescar, mas surgiu outro problema. Quando terminou a obra a empresa largou aí no fundo muitas das poitas das boias de sinalizações no percurso do canal. Isso tem danificado muitas redes e a gente termina ficando com o prejuízo, pois não temos a quem cobrar. Se a gente fosse mais organizado, já teria entrado na justiça, pois eles tinham a obrigação de limpar a área. Mas enfim..

[...] a meu ver daqui a uns dez anos, a pesca artesanal por aqui terá acabado. Na região mais interna da baía, ali para o fundo na direção de Guapimirim, a baía está muito assoreada, dependendo da maré já não dá para pescar.

Na região da Ponte Rio – Niterói até as Ilhas Compridas e Redonda já quase não dá para pescar, devido a movimentação de navios e rebocadores e área de interdição. Dessa forma, a pesca aqui vai ficando cada vez mais reduzida, que mal dar para pagar as despesas.” (Pescador J)

Realmente, nos últimos anos, os espaços da pesca artesanal na Baía de Guanabara vêm se reduzindo devido à concorrência com outros agentes. Segundo Chaves (2011), essa competição no espelho d’água da baía tem múltiplos agentes, inclusive ligados ao meio ambiente, conforme Figura 23.

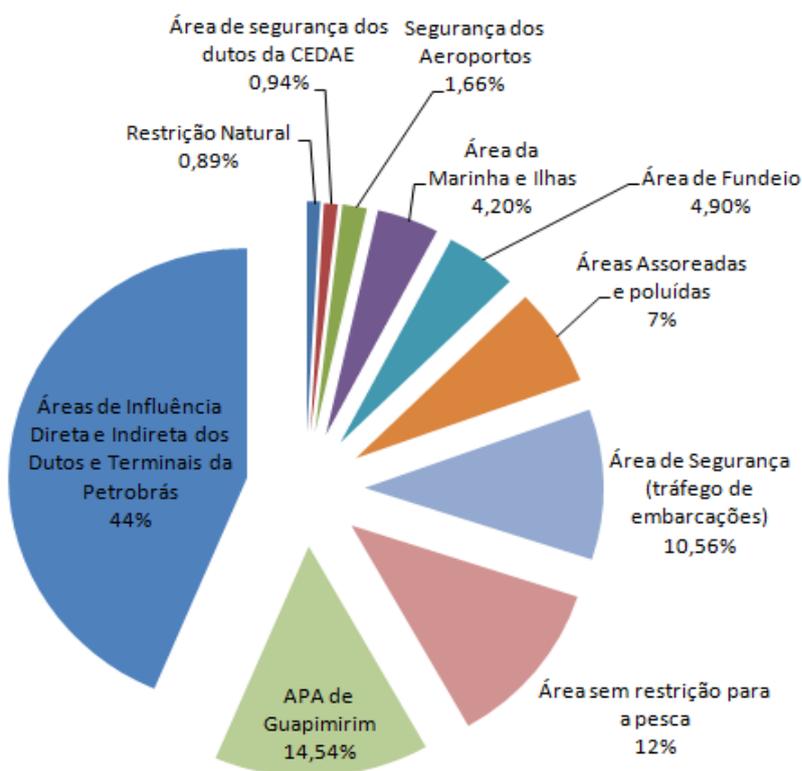


Figura 23: Áreas restritas à pesca na Baía de Guanabara. Fonte: Chaves, (2011, p.136).

Ainda, segundo depoimento de pescadores, um sério problema que ameaça os pescadores da praia da Beira e que foi consequência da instalação do cais do COMPERJ nessa localidade é a destinação de uso que o Governo do Estado pretende dar a essa construção. Tendo como grande mote incentivador, a disponibilidade das instalações do cais com infraestrutura de porto e retroporto, que serão de uso esporádico pelo COMPERJ, a facilidade de acesso pela BR-101 aos grandes centros consumidores e o baixo custo de desapropriação, uma vez que a área é pouco habitada e a maioria de suas construções é simples, pretende-se instalar na região da Praia da Beira um condomínio industrial voltado ao beneficiamento de pescados, a Cidade da Pesca.

“Esta foi a principal motivação, para a escolha da localização da “Cidade da Pesca”, pois toda esta infraestrutura composta pelo canal de navegação, píer de atracação, retroporto e a via especial destinada ao transporte das cargas pesadas será utilizada pela Petrobras durante a execução do COMPERJ e, segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), após o período de operacionalização previsto em 24 meses, todo o conjunto será revertido ao poder público para utilização das comunidades, passando a oferecer uma integração entre os grandes centros da região.

É fato que todo este conjunto de obras aparece como uma oportunidade geradora de condições para a instalação de infraestrutura adequada à pesca industrial, ademais, a região escolhida apresenta condições de receber, não apenas o terminal pesqueiro público, mas também o condomínio industrial sustentável (MASTERPLAN, 2013, p. 7).

Segundo o líder da comunidade da Praia da Beira, o plano para a instalação desse projeto na praia da Beira já chegou pronto. Nada foi discutido com a comunidade. Foi imposto.

“[...] Nos reuniram no CIEP e informaram que o Governo ia instalar, na área do Cais do COMPERJ, um condomínio industrial, a Cidade da Pesca e para isso o espaço seria desapropriado. Informaram que a comunidade seria muito beneficiada com os empregos que serão gerados e que os que tiverem moradias no local não seriam prejudicados, pois seriam indenizados para poderem adquirir suas casas em outro local.

[...] depois estiveram umas pessoas aqui, marcando os imóveis que seriam desapropriados. Aqui na praia foram todos. As marcas ainda estão aí nas fachadas. Como quase ninguém aqui tem imóvel legalizado, muitos ficaram com medo e aderiram e teve gente que recebeu a indenização, mas continuou no imóvel e estão aí até hoje.

[...] o problema é a incerteza, pois não sabemos o que vai acontecer. Eu por exemplo, estou precisando aumentar a casa e murar, pois a insegurança é real, mas não sei o que fazer, pois eles ao marcarem as casas tiraram fotos do estado e certamente só vão querer pagar pelo que era na ocasião.

[...] esse movimento começou por aqui em meados de 2015 e início de 2016” (Pescador M).

5.3.3. Comunidade da Praia de São Gabriel

A praia de São Gabriel (Figura 24) é uma pequena área apertada entre duas regiões de manguezais e que outrora abrigava as instalações de um pequeno estaleiro, hoje desativado.



Figura 24: Praia de São Gabriel. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

Esses pescadores estão mais voltados à pesca de curral, tendo no local, uma área específica para fabricação desse petrecho de pesca, ver Figura 25.



Figura 25: Pescadores construindo currais pesqueiros na Praia de São Gabriel. Fonte: Francisco Tavares, (Agosto/2016).

Devido a esse tipo de pesca, os pescadores da Praia de São Gabriel têm tido constantes conflitos com os fiscais da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, pois muitas vezes instalam os currais dentro dessa área, o que é proibido pelo Decreto n°

90.225 de 25/09/84, que regula a pesca dentro da jurisdição dessa área de preservação ambiental (Figura 26).



Figura 26: Currais de peixe na foz do rio Caceribu, na parte marítima da APA de Guapimirim. Fonte: CIGUA, (2001).

Criada pelo Decreto Federal supra citado, a APA de Guapimirim localiza-se no recôncavo da Baía de Guanabara, entre as coordenadas geográficas 22°39'30" e 22°46'50" de latitude sul e 42°57'00" e 43°06'40" de longitude oeste, fazendo parte da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e também da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Limita-se ao norte com a rodovia BR-493 e a área urbana do município de Magé; ao sul com a serra de Itaúna e ilha de Itaoca no município de São Gonçalo; a leste com a rodovia BR-493 e o ramal ferroviário Itambi-Campos no município de Itaboraí; e a oeste com a Baía de Guanabara, tendo como seu principal objeto, a proteção das áreas remanescentes de manguezais do recôncavo da Baía de Guanabara (Figura 27) (BOTELHO e VALLEJO, 2006).



Figura 27: APA de Guapimirim e unidades de conservação localizadas na sua bacia drenante. Fonte: IEF, (1998).

APA de Guapimirim é continuamente ameaçada pelo crescimento urbano dos municípios que a circundam, uma vez que, por serem os menos populosos, são os que mais têm crescido nos últimos anos. As principais ameaças diretas são aterros, vazadouros de lixo, poluição por óleo, desmatamentos, queimadas e invasão por habitações irregulares (BOTELHO e VALLEJO, 2006).

Segundo o Plano de Manejo da APA de Guapimirim, dentre as atividades mais conflitantes, estão: a extração de madeira do manguezal para a construção de currais pesqueiros e para construção civil, utilizada como apoio de formas para execução de lajes; a pesca de arrasto e a pesca com currais na foz dos rios.

Nas entrevistas com os pescadores da Praia de São Gabriel percebeu-se que os conflitos com os fiscais da APA de Guapimirim estão relacionados à proibição de uso de madeira dos manguezais e à construção de currais na foz dos rios que deságuam dentro da área da APA. Como essas são práticas tradicionalmente enraizadas na cultura desses pescadores, torna difícil o entendimento dessas restrições nessas áreas, que eles consideram como seus territórios de pesca.

“[...] pois para atender às exigências do IBAMA⁸, os materiais de sustentação das cercas do curral tiveram que ser substituídos por eucalipto, que tem ser comprado de plantio regulamentado, o que vem encarecendo a construção.

[...] antigamente os suportes do curral eram retirados dos mangues. A vantagem é que essa madeira estava disponível aqui na região e o curral ficava sustentado por muito tempo. Hoje você faz o curral usando eucalipto e um ano depois os suportes começam a fraquejar, pois não são muito resistentes às cracas que se fixam neles.

[...] eu falei com os fiscais do IBAMA que sempre aparecem quando você começa a montar o curral. Eles pedem a nota da compra das madeiras e verificam se você não está usando madeira de mangue: - Amigo desde que me entendo que vi os pescadores sempre utilizando varas de mangue para fazer os currais. Você corta a vara e daí a seis meses ela já cresceu de novo. O que mata e continua matando os manguezais não é o pescador, são os aterros para construção das estradas e para colocar esse monte de galpões das empresas do COMPERJ nas áreas de mangues. Sabe o que eles falam: - Nós só estamos cumprindo a Lei.” (Pescador D)

Para os pescadores mais antigos, as experiências de manejos do meio ambiente da Guanabara vivenciados pela geração de seus pais e nas quais foram iniciados na pesca, até a criação da APA de Guapimirim, não sofriam nenhuma restrição ao uso de recursos naturais dos manguezais, estando aí incluídas as madeiras e as restrições de espaço que se limitavam às áreas próximas de unidades militares.

De forma geral, as medidas restritivas impostas após a criação da APA Guapimirim são vistas como uma barreira ao exercício da pesca na arraigada cultura estabelecida dos pescadores. Daí os constantes conflitos desses pescadores com os fiscais da APA de Guapimirim.

Outro aspecto de conflito atual para os pescadores dessa comunidade é a presença ostensiva do tráfico na Praia de São Gabriel.

Por ser isolada e praticamente só dispor de um acesso por terra, além de ser ocupada por pessoas de baixo poder aquisitivo e não ser muito povoada, essa praia foi “escolhida” como ponto de operação do tráfico. Em depoimento, um dos pescadores fala sobre essa constante movimentação:

⁸ Os pescadores entrevistados se referem aos fiscais da APA de Guapimirim como fiscais do IBAMA.

“A gente não tem mais sossego. É gente armada em tudo que é lugar que você ande aqui dentro”. (Pescador L)

A degradação da segurança parece ser um fato recente, pois Couto (2006), em seu trabalho sobre os moradores da Ilha de Itaoca, citou a segurança, como um ponto de satisfação dos moradores. No entanto, a discrepância no estado do Posto Policial no ano de 2006 para o ano de 2016 (Figura 28), retrata bem o desamparo dos moradores no que se refere à segurança pública.



Figura 28: Posto Policial da Ilha de Itaoca em 2006, à direita, e em 2016, à esquerda. Fontes: Couto, (2006); Francisco Tavares, (Agosto/2016).

Por fim, no início do mês de Fevereiro de 2017 os pescadores se viram obrigados a encerrar suas atividades na Praia de São Gabriel e se mudarem para a Praia da Beira, devido às condições de segurança do local.

6. CONCLUSÃO

A Ilha de Itaoca, presente na zona Oeste do município de São Gonçalo, tendo como separador hídrico do continente o Rio Imboaçú, tem seis praias banhadas pelas águas da Baía de Guanabara e apresenta uma extensa área de manguezal. Com uma população 3912 moradores, tendo a pesca artesanal como sua principal atividade econômica, sua comunidade pesqueira está estimada em 600 pescadores, que se caracterizam pela baixa escolaridade e poder aquisitivo, em sua maioria com idade acima de 50 anos.

O “isolamento” ao qual estes ilhéus ficaram submetidos durante muitos anos, sendo inclusive fator de dificuldade da participação destes nos ciclos econômicos ocorridos na região, não impediu que os efeitos da expansão urbana/industrial e da degradação ambiental chegassem à Ilha de Itaoca pelo mar. O novo ciclo de expansão industrial, que vem acontecendo no contexto da Baía de Guanabara, tem produzido os seguintes efeitos sobre a pesca artesanal: a) ocupação dos espaços tradicionais de pesca, levando em conta apenas as vantagens estruturais de proximidade da produção com o mercado consumidor, não considerando os aspectos socioambientais que esse movimento acarreta; b) um movimento migratório como resposta às demandas de mão de obra que esse ciclo necessita, gerando um processo de ocupação de espaços, que por carecer de planejamento adequado, termina acontecendo de forma desordenada, produzindo um processo de degradação do meio ambiente nas áreas onde se instalam, resultando num incremento de poluição dos ecossistemas da Baía de Guanabara.

Considerando a importância da Baía de Guanabara, com seus manguezais e praias, para a comunidade pesqueira dessa região, verifica-se que a percepção ambiental dos pescadores, está relacionada principalmente aos usos que fazem desses espaços, no que se refere às atividades profissionais, vinculando à percepção desses espaços como território de pesca. Nesse sentido, os membros da comunidade de Itaoca têm externada a percepção de perda de seus territórios de pesca ante a expansão da atividade industrial ligada ao petróleo nas águas da Guanabara, bem como, do elevado nível de poluição das águas e dos manguezais, não sem graves consequências sobre suas atividades.

Para os pescadores, as atividades exercidas por outros agentes econômicos tem aumentado a pressão por espaços na Baía de Guanabara, “inviabilizando” a manutenção da

atividade da pesca artesanal, pela redução dos espaços de pesca, o que, em consequência, leva a perda da sustentabilidade financeira da atividade.

A perda de seus espaços tradicionais é vista pelos pescadores dessa comunidade como fator gerador de conflitos entre a comunidade e os demais agentes atuantes na região, sejam entidades oficiais, como a APA Guapimirim, ou entidades empresariais como a Petrobrás e o COMPERJ. Esses conflitos têm apresentado demandas de difíceis soluções em favor da comunidade, uma vez que, por se tratarem de disputas com o poder público, o contexto de desarticulação em que essa comunidade de pescadores se encontra, não favorece ao surgimento de soluções que venham de encontro aos seus interesses.

O conflito entre os pescadores da Praia de São Gabriel com os órgãos fiscalizadores da APA de Guapimirim, pela proibição do uso da técnica tradicional de curral para a pesca, dentro da área da reserva, é vista pelos pescadores como uma usurpação de uma área tradicional dessa prática de pesca, sendo, portanto, essa proibição, considerada injusta. Entretanto, por tratar-se de questões de cumprimento de lei, esse conflito torna-se de difícil intermediação.

Outra questão de conflito instalada no seio da comunidade de Itaoca refere-se à instalação da Cidade da Pesca. É importante notar que, apesar de haver o risco de retirada de toda uma comunidade de seu espaço tradicional pela decisão governamental de instalar um Condomínio Industrial numa das praias da ilha, verifica-se não haver nenhum movimento de articulação entre os membros da comunidade e suas entidades de representação, com vistas a gerar ações que contrabalancem os efeitos das ações dos Órgãos Públicos e Empresários Privados, que ameaçam a sobrevivências de um dos núcleos dessa comunidade.

Dada à excessiva presença de resíduos sólidos nos manguezais, praias, e corpos hídricos, nota-se que a percepção dos pescadores, no que tange a poluição, está limitada à questão do visível, sendo a mesma vista como prejudicial à saúde humana e à vida nos ecossistemas da ilha e considerada como determinante para a queda na produção pesqueira.

Demonstrando possuírem um conhecimento autóctone sobre as questões ambientais, consideram o meio ambiente como o espaço em que inserem tanto os seres humanos como os demais seres vivos e que, por isso, deve ser preservado. Entretanto, apesar de atribuírem importância aos ecossistemas da ilha, também contribuem sua degradação.

De forma geral, os pescadores retratam a “ausência” do Governo Municipal na Ilha de Itaoca como responsável pelas deficiências de atendimento de serviços públicos, como saneamento básico, coleta regular de lixo, urbanização, transporte, iluminação pública e segurança, sendo esta considerada como a mais crítica devido à presença ostensiva do tráfico de drogas na localidade.

A presença de instalações do COMPERJ na Ilha de Itaoca trouxe esperança de crescimento econômico para os moradores locais, apesar de ser vista como causadora de impactos negativos na produção pesqueira, principalmente na pesca do camarão, produto que dá melhor resultado econômico para o pescador.

É possível concluir que o avanço urbano/industrial se constitui numa séria ameaça à sobrevivência dessa comunidade tradicional de pesca artesanal, tanto pelos impactos ambientais que prejudicam de forma ostensiva sua principal atividade econômica, bem como, pela ameaça de perda de seus espaços de moradia pela expansão territorial que a atividade industrial vem exercendo.

O baixo resultado financeiro da atividade da pesca, devido à queda de produção, é apontado por muitos pescadores como a principal causa do abandono da profissão de pescador pela geração mais nova, o que faz crer, ser está a causa da presença significativa de pessoas acima de 50 anos no universo pesquisado, sugerindo que na Ilha de Itaoca, esta atividade está em fase de declínio existencial por não haver renovação geracional.

A falta de articulação dos membros dessa comunidade com suas associações de representação é também fator de redução de poder de se fazerem representar perante o poder público, nas questões que afetam suas vidas, gerando clima de incerteza que hoje favorece a extinção dessa comunidade de pesca artesanal na Ilha de Itaoca.

Importante observar que a presença do tráfico na região foi forte fator de limitação à coleta de informações pela impossibilidade de ampliar a aplicação do questionário e que as demandas dessas comunidades sugerem a possibilidade de outros estudos que aprofundem, entre outros, temas como a questão fundiária na ilha de Itaoca, uma vez que a maioria dos moradores da comunidade de pescadores, não tendo título de propriedade de seus espaços de moradia, facilita a especulação imobiliária e processos de desapropriações.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADANS, C. *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Revista de Antropologia, USP, 2000.

ADANS, C. *Identidade Caiçara: Exclusão histórica e sócio-ambiental*. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Recife. 2002.

ALVES-MAZOTTI, A. J. *Representações Sociais: Aspectos teóricos e aplicações à educação*. Revista Múltipla Leitura, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan/jun, 2008.

AMADOR, E. S. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997.

ANDERSON, A. *Resistência dos pescadores na Baía de Guanabara*. Entrevista de Aline Rochedo. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2012/06/rj-resistencia-ds-pescadors-na-baia-guanabara-entrevista-com-alexandre-anderson/#more-56219> Acessado em: 04 de maio de 2016.

ARAÚJO, V. L. e MELLO, H. P. *O processo de esvaziamento industrial de São Gonçalo no Século XX. Auge e declínio da Manchester Fluminense*. Caderno de Desenvolvimento Fluminense, n.4. Rio de Janeiro, mai, 2014.

AZEVEDO, J. *et al. Proposta metodológica para análise de dados socioeconômicos e ambientais para planejamento de políticas públicas*. Cadernos EBAPE.BR, v.III, n. 4, Dez, 2005. Disponível em: www.fgv.br/cadernosebape. Acessado em: 04 de maio de 2016.

BARCELLOS, D. G. *Uma leitura da relação sociedade natureza no ordenamento territorial do rio de janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Editora Bertrand Brasil S/A. Rio de Janeiro, 1989.

BOTELHO, A. L. M.; VALLEJO, L. R. *Uso de áreas de proteção ambiental: caso do manguezal da APA de Guapimirim*. Universidade Federal Fluminense. GEOgrafia – Ano VIII, n.16, 2006.

BRITO, F. e SOUZA, J. *Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza*. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 48-63, out/dez, 2005.

BUENO, E. *Náufrago, traficantes e degredados: As primeiras expedições ao Brasil*. Coleção Terra Brasilis, v. 2. Editora Objetiva, 1998.

CARVALHO, A. M. F. M. *Baía de Guanabara – Os itinerários da memória*. São Paulo: Revista USP, (30): 156-169, junho/agosto, 1996.

CARVALHO, J. M. P. O PATRIMÔNIO IMATERIAL DA COMUNIDADE CAIÇARA DO POUSO DA CAJAÍBA E A ESCOLA: Em busca de uma educação diferenciada Paraty, RJ. Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRJ, dez 2010.

CATANI, A. M. *O que é capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CHAVES, C. M. S. R. *Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, 2011.

COELHO, V. *Baía de Guanabara: Uma história de agressão ambiental*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

COSTA, M. A. M. *A metrópole e o estuário: pressões exercidas pelo Rio de Janeiro na Baía de Guanabara*. III Simpósio Nacional sobre o Tratamento de Águas de Preservação

Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais de Parcelamento do Solo. UFPA-Belém. 10-13 set 2014.

COUTO, M. N. C. *Percepção ambiental de grupos representativos da comunidade de Itaoca, São Gonçalo/RJ*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DA SILVA, C. A. *Industrialização e pesca artesanal na Baía de Guanabara metrópole do Rio de Janeiro*. Limites e Conflitos nos Usos dos Territórios, 2012.

DA SILVA, C. A. *História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: A Árdua Tarefa de Periodizar os Eventos*. São Gonçalo: Revista Tamoios, 2-19, janeiro/junho, 2015.

DA SILVA, C. A. *Território usado, economia e pesca artesanal: Desafios Contemporâneos Para Pensar a Gestão Urbana*. XV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 23 a 27 de maio, 2011.

DA SILVA, C. N. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves, PA*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPA, 2006.

DA SILVA, C. N. *A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca*. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2 n. 3 p. 25-32. Set-dez, 2007.

DA SILVA, C. N. *Geotecnologias aplicadas ao ordenamento da pesca*. Tese de doutorado apresentado ao ICB. PPGEAP. UFPA, 2012.

DA SILVA, L. G. S. *Caiçaras e Jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil*. CEMAR – Centro de Culturas Marítimas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

DIAS, A. P.; SOUZA, A. A.; MAIA, A. B.; BERZINS, F. A. J. *Complexo petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ): Impactos Socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara*. Minas Gerais: Revista Ética e Filosofia Política, nº 16, vol. 1, 2013.

DIEGUES, A. C. S. *Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O Caso das Comunidades Caiçaras*. Núcleo de Apoio a Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Série Documentos e Relatório de pesquisa Nº 5. Apresentado na 4ª Conferência da UICN – União Mundial Para Conservação da Natureza. São José, Costa Rica, 1988.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Ensaio 94. Editora Ática, 1983.

ESCOBAR, Arturo. *The Invention of Development*. Current History, Research Library, p. 382; November, 1999.

FRAGOSO, A. T. *Os franceses no Rio de Janeiro*. Editora Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1965.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. *Indústria do petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: O caso COMPERJ*. D HESCA BRASIL: Plataforma de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Rio de Janeiro, 2013.

FAUSTO, B. *Historia do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 7ª edição, 1999.

GEIGER, P. P. *Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara*. Revista Brasileira de Geografia, out-dez, 1956.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas, S. A., 6ª Edição, São Paulo, 2008.

GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisar*. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo. 8ª Edição, 2004.

GUIMARÃES, G. F. *Guaxindiba/RJ: do rural e do urbano*. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRJ, 2004

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, SP. 26ª edição, 1995.

HOLANDA, S. B. *Visão do paraíso: Os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C. S. *Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil*. Avanços e Desafios. Ambiente e Sociedade. Campinas, v. XII, n. 1, p. 151-172, jan-jun 2009.

KNOX, W. e TRIGUEIRO, A. *A Pesca Artesanal: Conflitos e Novas Configurações*.

LAMERÃO, S. T. N. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, Vol. 17, 1991.

MAGALHÃES, R. C. S.; MAIO, M. C. *Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos vol. 14 suppl.0 Rio de Janeiro Dec, 2007

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: Metrôpoles Brasileira*. São Paulo em Perspectiva. Vol.14, nº4, 21-33, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org> . Acessado em 08 de abril de 2016.

MASTERPLAN. *Projeto Cidade da Pesca*. Rio de Janeiro: Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca – Governo do Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, M. C. *Partilhando saberes na Ilha de Itoaca: A Roda de Siri: Entre o Mundo do Trabalho e As Memórias da Infância*. Tese de Doutorado Aprovada pelo Programa de Pós Graduação da UFF, out, 2005.

MENDONÇA, A. M. *Transformações sócio-econômicas no Eixo Niterói-Manilha em São Gonçalo, Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

MORAES, J. M. B. *Espaço do trabalho e mudanças socioespaciais: A reconstrução dos espaços urbanos no município de São Gonçalo, RJ*. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, ES. 10 a 16 ago, 2014.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes, Rio de Janeiro, 1976.

OLIVEIRA, J. P. *O Nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico*. Anuário Antropológico, 2009.

PRADO Jr., C. *História econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 2012.

RAMIRES, M. e BARRELA, W. *Ecologia da pesca artesanal em populações caiçaras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins*. São Paulo: Interciência, 2003.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro. Formação e o Sentido Brasil*. Companhia das Letras, 2ª edição. São Paulo, 1995.

ROSA, M. F. M. e MATTOS, U. A. O. *A saúde e os riscos de pescadores e catadores de caranguejo na Baía de Guanabara*. Ciência e Saúde Coletiva, n.15 (Supl. 1): 1543-1552, 2010.

ROUGEMONT, L; PÉREZ, M.S. *Primeiras aproximações aos conflitos socioambientais territoriais entre pescadores artesanais e megaprojetos de desenvolvimento: Os casos de*

Suape e COMPERJ. São Paulo: XII Jornada do Trabalho, “A Irresponsabilidade do Capital e os Conflitos Territoriais no Limiar da Século XXI. Os Novos Desafios da Geografia do Trabalho”, 2012.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. HUCITEC, São Paulo, 1988.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo. 4ª edição, 2012.

SAQUET, M. A. *O território: diferentes interpretações na literatura italiana*. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SARTHOU, C. *Passado e presente da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964.

SILVA, F. A. *Historia do Brasil*. Colônia. Império. República. Editora Moderna, 1ª edição. São Paulo, 1995.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Editora Alfa-Ômega, LTDA. São Paulo, SP, 1981.

SILVA, S.; MOLINA, E. *São Gonçalo no século XVI*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

SILVA, S. e MOLINA, E. *São Gonçalo no século XIX*. Nitpress, Niterói, RJ, 2010.

STEIN, S. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

WANDERLEY, S. *Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal*. Cad. EBAPE.BR, v.13, nº 2, Artigo 2, Rio de Janeiro, Abr/Jun, 2015.

VARGAS, L. A. *Baía de Guanabara: A origem de um belo e conturbado cartão postal do Rio de Janeiro e um desafio para a educação ambiental*. Rio Grande: Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental, v. 21, julho a dezembro, 2008.

ZAMPIRON, S. L. M.; FAGIONATO, S.; RUFFINO, P. M. P. AMBIENTE, *Representação social e percepção*. 2003. IN: SCHIEL, D. et al (orgs./Eds.) *O Estudo de Bacias Hidrográficas: Uma Estratégia Para Educação Ambiental*. São Carlos: ED. RIMA, 2ª edição, 2003.

8. ANEXO

ANEXO I

QUESTIONARIO DE SONDAGEM SOBRE
PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL
DOS PESCADORES DA ILHA DE ITAOCA, RJ.

1. Gênero: Masculino Feminino
2. Faixa etária: 18 a 25 anos 26 a 33 anos 34 a 41 anos 42 a 49 anos
 acima de 50 anos
3. Naturalidade: _____
4. Escolaridade: 1ª a 5ª serie 6ª a 8ª serie Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo Escreve apenas o nome Não frequentou escola
5. Estado civil: Solteiro Casado Divorciado Viúvo Outro

6. Filhos: 1-2 filhos 3-4 filhos Mais de 4 filhos Não tem filhos
7. Há quanto tempo vive em Itioca?

8. Tipo de Ocupação Principal:
 Agricultor Pescador Coletor de caranguejos, siris e outros
 Agricultor e pescador Outras _____
9. Sempre exerceu esse tipo de atividade?
 Sim Não
10. Qual o tempo em que exerce esta ocupação?
 Menos de 5 anos 5 a 10 anos 11 a 20 anos 21 a 30 anos
 mais e 30 anos
11. Com qual frequência na semana trabalha nessa ocupação?
 1 – 2 dias 3 – 4 dias 5 – 6 dias todos os dias

12. Exerce outro tipo de ocupação? Se exerce, qual(s)?

13. Quais as vantagens e desvantagens da atividade principal que exerce?

14. Já pensou em sair desta atividade? Por quê?

15. O que faz nas horas em que não está nessa atividade?

() trabalha em outra atividade () trabalha em casa () cuida dos filhos

() outro _____

16. Faz parte de alguma cooperativa ou associação de pescadores?

() Sim () Não

Se sim qual? _____

17. Como aprendeu a pescar?

18. Seus filhos se interessam pela pesca? Porquê?

19. Em que parte do dia costuma pescar?

() manhã () tarde () noite

20. Costuma pescar sozinho?

() sim () não

Se não, com quantas pessoas? _____

21. Quais os apetrechos (instrumentos) de pesca você utiliza?

22. Realiza a pesca em qual período do ano? Por quê?

23. Qual o peso médio de pescado obtido em cada pescaria?

24. Quais tipos de pescados mais frequentes?

25. Após a captura do pescado, como é feito o armazenamento?

() direto no barco sem gelo () no gelo () outro

Se outro, qual?

26. Após a chegada, qual o tratamento dado ao pescado? É destinado ao consumo próprio ou é comercializado?

27. Você observou mudanças na atividade pesqueira nos últimos anos? Se sim, o que mudou e por que acha que mudou?

() Sim () Não

28. Qual a importância da baía de Guanabara para você?

29. Qual a importância da baía de Guanabara para a sua comunidade?

30. O que você acha das condições de pesca nas águas da baía de Guanabara?

31. Na sua percepção existem fatores que impactam negativamente a pesca na baía de Guanabara? Se sim, qual(s)?

Sim Não

32. Qual a importância dos manguezais para você? E para a sua comunidade?

33. Já ouviu falar do COMPERJ? O que ele representa para você?

Sim Não

34. Na sua opinião, as operações do cais do COMPERJ causarão impactos nas atividades de pesca da comunidade de Itaoca? Se sim, qual(s)

Sim Não

35. Na sua opinião, as obras da construção do cais do COMPERJ e da estrada para transporte dos equipamentos, já causaram algum impacto sobre as atividades de pesca e coleta de crustáceos exercidas pela comunidade de Itaoca? Se sim, quais?

Sim Não

36. Em se tratando do COMPERJ, qual a sua opinião sobre a relação desse empreendimento com a comunidade de Itaoca?

37. Ainda em relação ao COMPERJ, na sua percepção, qual a opinião da maioria dos moradores sobre os efeitos desse empreendimento sobre a comunidade de Itaoca?

38. O que é meio ambiente?

39. Como descreve a relação entre os pecadores e os outros entes que compõem o meio ambiente? Por que a descreve deste modo?

40. Você tem interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente?

sim não não sei

41. No seu dia a dia, você considera que causa algum dano ao meio ambiente?

sim não não sei

42. Você acha que os níveis de poluição observados nesta região afetam a saúde dos moradores desta comunidade? Por quê?

sim não

43. Quem você acha que é responsável por provocar danos ao meio ambiente?

governo setor industrial setor comercial sociedade

indivíduos não sei

44. Você acha que a poluição afeta a produção da atividade da pesca? Por quê?

sim não

45. O que você acha das condições dos manguezais:

estão preservados estão degradados pela poluição

estão ameaçados para atender às atividades do desenvolvimento urbano

não sei

46. Na sua opinião, os manguezais tem alguma importância para a atividade pesqueira?
Por quê?

47. Na sua opinião, nos últimos anos a quantidade de pescado na baía de Guanabara:

diminuiu aumentou não sofreu alteração não sabe informar